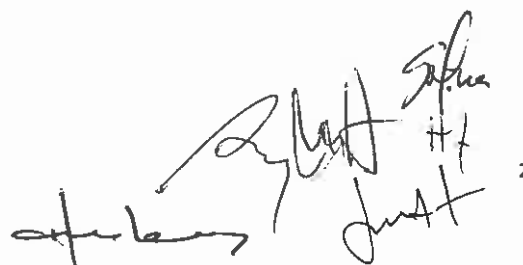


ÍNDICE

página

ÍNDICE.....	2
I. RELATÓRIO DE GESTÃO	6
1. INTRODUÇÃO	7
2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	10
2.1. ANÁLISE GLOBAL DO ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E EXECUTADO DO ANO DE 2009 ..	10
2.2. SALDOS DA GERÊNCIA	12
2.2.1. NA ÓPTICA ORÇAMENTAL	12
2.2.2. NA ÓPTICA DOS FLUXOS DE CAIXA	13
2.3. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	14
2.4. ORÇAMENTO DE RECEITA	15
2.4.1. RECEITAS CORRENTES	16
2.4.2. RECEITAS DE CAPITAL	18
2.4.3. EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL.....	19
2.5. ORÇAMENTO DA DESPESA.....	21
2.5.1. ESTRUTURA E EXECUÇÃO DA DESPESA	21
2.6. GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	31
3. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL.....	36
3.1. EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS.....	36
3.2. DÍVIDA TOTAL	37
3.3. ESTRUTURA DA DÍVIDA DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS.....	37
3.4. LIMITES AO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	38
4. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	40
4.1. ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO.....	40
4.1.1. ESTRUTURA DO ACTIVO	43
4.1.2. ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO.....	44
4.1.3. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS.....	46
4.1.4. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	47
4.1.5. RÁCIOS.....	49
5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	52
6. RECURSOS HUMANOS DA AUTARQUIA	53
II. MAPAS E ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	61
BALANÇO	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	



2

ÍNDICE DE QUADROS

página

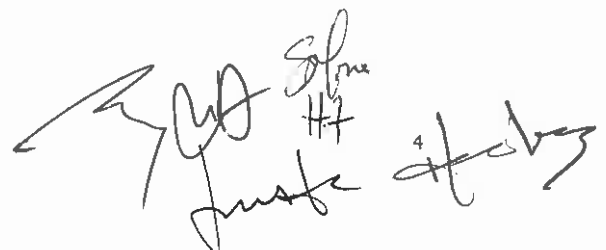
QUADRO 1 – MAPA DE CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA E DA DESPESA DO ANO DE 2009.....	10
QUADRO 2 – ESTRUTURA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	11
QUADRO 3 – FLUXOS DE CAIXA.....	14
QUADRO 4 – ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DE RECEITA	15
QUADRO 5 – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO NA COBRANÇA DAS RECEITAS CORRENTES NO PERÍODO 2007-2009.....	16
QUADRO 6 – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO NA COBRANÇA DAS RECEITAS DE CAPITAL	18
QUADRO 7 – PRINCIPAIS APOIOS COMUNITÁRIOS E OUTROS, AFECTOS AO INVESTIMENTO	19
QUADRO 8 – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES, CAPITAL E OUTRAS EM PORCENTAGEM	19
QUADRO 9 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DAS RECEITAS TOTAIS – 1999/2009 POR TIPO DE FINANCIAMENTO	20
QUADRO 10 – ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DE DESPESA	21
QUADRO 11 – ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DE DESPESAS CORRENTES E SUA EVOLUÇÃO NO PERÍODO 2007-2009.....	22
QUADRO 12 – ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DE DESPESAS DE CAPITAL E SUA EVOLUÇÃO NO PERÍODO 2007-2009.....	24
QUADRO 13 – ESTRUTURA DA DESPESA TOTAL PAGA EM RELAÇÃO À AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO, TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL E ACTIVOS FINANCEIROS NO PERÍODO 1998-2009	25
QUADRO 14 – FONTES DE FINANCIAMENTO DA AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO	26
QUADRO 15 – MAPA DE CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA EM 2009	28
QUADRO 16 – MAPA DE CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO NO PERÍODO 2006/2009.....	29
QUADRO 17 – MAPA DE CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO E NATUREZA DAS DESPESAS NO PERÍODO 2006/2009	30
QUADRO 18 – RESUMO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO NO ANO DE 2009.....	31
QUADRO 19 – DESAGREGAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS NAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO EM 2009	32
QUADRO 20 – RÁCIOS DE ESTRUTURA E FINANCEIROS	34
QUADRO 21 – INDICADORES FINANCEIROS E DE ESTRUTURA.....	34
QUADRO 22 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO NO PERÍODO 1998 A 2009	36
QUADRO 23 – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA A TERCEIROS NO PERÍODO 2004-2009	37
QUADRO 24 – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA A TERCEIROS NO PERÍODO 2006-2009	37
QUADRO 25 – RESUMO DA ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA A TERCEIROS NO PERÍODO 2006-2009.....	38
QUADRO 26 – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DA AUTARQUIA: BALANÇO SINTÉTICO	41
QUADRO 27 – COMPOSIÇÃO DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS EM 2009	46
QUADRO 28 – COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2009.....	47
QUADRO 29 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DOS RESULTADOS OPERACIONAIS	48
QUADRO 30 – EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DOS RÁCIOS.....	49
QUADRO 31 – MAPA DE PESSOAL EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES 2008 E 2009	54
QUADRO 32 – CONTAGEM DE EFECTIVOS SEGUNDO A CARREIRA, SEXO E RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO	55
QUADRO 33 – MAPA DOS POSTOS DE TRABALHO OCUPADOS POR TEMPO DETERMINADO/DETERMINÁVEL	56
QUADRO 34 – MAPA DOS LUGARES OCUPADOS DO PESSOAL EVENTUAL	56
QUADRO 35 – NÚMERO DE PROMOÇÕES E CONTRATAÇÕES NO MAPA DE PESSOAL	57
QUADRO 36 – FORMAÇÃO DE PESSOAL – ACÇÕES DE FORMAÇÃO E CURSOS.....	57
QUADRO 37 – PARTICIPAÇÕES EM ACÇÕES DE FORMAÇÃO	57
QUADRO 38 – ABSENTISMO (N.º DE DIAS)	59
QUADRO 39 – EVOLUÇÃO PERCENTUAL DO ABSENTISMO	60



3

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO I – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES E DESPESAS CORRENTES	12
GRÁFICO II – SALDO DO EXERCÍCIO	14
GRÁFICO III – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO NA EXECUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	18
GRÁFICO IV – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL <i>EM PERCENTAGEM</i>	20
GRÁFICO V – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DAS RECEITAS – 2006/2009 <i>POR TIPO DE FINANCIAMENTO</i>	20
GRÁFICO VI – ESTRUTURA DA EXECUÇÃO DESPESAS CORRENTES <i>EM PERCENTAGEM</i>	21
GRÁFICO VII – ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CAPITAL <i>EM PERCENTAGEM</i>	24
GRÁFICO VIII – INVESTIMENTO MÉDIO ANUAL (ABI+TC+AF) – <i>POR PERÍODOS</i>	26
GRÁFICO IX – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL – NO PERÍODO 1999-2009	27
GRÁFICO X – REPARTIÇÃO DEPARTAMENTAL DA DESPESA TOTAL <i>EM 2009</i>	28
GRÁFICO XI – REPARTIÇÃO DEPARTAMENTAL DA DESPESA TOTAL <i>NO PERÍODO 2006/2009</i>	30
GRÁFICO XII – REPARTIÇÃO DAS DESPESAS DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS <i>NO PERÍODO 2006/2009</i>	33
GRÁFICO XIII – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA	36
GRÁFICO XIV – EVOLUÇÃO DO BALANÇO <i>NO PERÍODO 2006-2009</i>	43
GRÁFICO XV – EVOLUÇÃO DO ACTIVO FIXO <i>NO PERÍODO 2006-2009</i>	43
GRÁFICO XVI – ESTRUTURA DO ACTIVO 2008	44
GRÁFICO XVII – ESTRUTURA DO ACTIVO 2009	44
GRÁFICO XVIII – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO <i>NO PERÍODO 2006-2009</i>	45
GRÁFICO XIX – ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO 2008	45
GRÁFICO XX – ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO 2009	45
GRÁFICO XXI – EFECTIVOS SEGUNDO O SEXO	55
GRÁFICO XXII – EFECTIVOS SEGUNDO A RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO	56
GRÁFICO XXIII – NÚMERO DE TRABALHADORES COM O ESTATUTO DE TRABALHADOR ESTUDANTE	59
GRÁFICO XXIV – EVOLUÇÃO PERCENTUAL DO ABSENTISMO	60

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to a member of the municipal council or the accounting officer, is located at the bottom right of the page. The signature is written in a cursive, flowing style.

NOTA INTRODUTÓRIA

Fazem parte deste documento, que agora se apresenta, as peças que integram os documentos de Prestação de Contas do Município de Bragança do ano de 2009, dando cumprimento ao estatuído na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, na sua redacção actual, que estabelece como competência da câmara municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, *"elaborar e aprovar o relatório de actividades e os documentos de prestação de contas a submeter à apreciação do órgão deliberativo"*. Esta imposição também se encontra disposta no n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, que refere, *"As contas dos municípios e das freguesias, bem como das respectivas associações, são apreciadas pelo respectivo órgão deliberativo, reunido em sessão ordinária, durante o mês de Abril do ano seguinte àquele a que respeitam"*.

O regime de contabilidade autárquica legalmente estabelecido (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e respectivas alterações) refere como documentos de prestação de contas das autarquias locais que remetem as contas ao Tribunal de Contas:

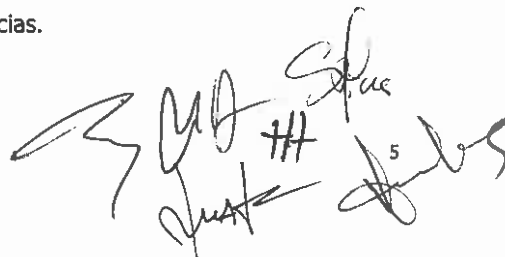
- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de gestão.

Estabelece igualmente que o relatório de gestão deve contemplar os seguintes aspectos:

- A situação económica relativa ao exercício, analisando, em especial, a evolução da gestão nos diferentes sectores de actividade da autarquia local, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicável;
- Uma síntese da situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações de resultados;
- Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros nos últimos três anos, individualizando, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;
- Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício e os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

Um dos aspectos importantes a ter em consideração no estudo do relatório de gestão, será o de adequar as análises e respectivas conclusões ao tipo de informação que seja disponibilizada, quer seja orçamental, ou económica e financeira. Embora sendo informação que no seu conjunto se complementa, não será no entanto comparável, pois enquanto que a primeira é elaborada na base de caixa ou compromissos e direitos, a segunda obedece ao princípio do acréscimo ou da especialização dos exercícios.

Foi utilizada como metodologia de desenvolvimento deste documento, iniciar o seu enquadramento com o Relatório de Gestão focalizando os aspectos atrás referidos. Seguidamente e na ordem que refere o POCAL, são apresentados os restantes Documentos de Prestação de Contas. Sempre que tal se justifique são efectuadas as devidas referências aos anexos e às demonstrações financeiras, facultando aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências.





I. RELATÓRIO DE GESTÃO

[Handwritten signatures and initials]

1. INTRODUÇÃO

Os documentos de prestação de contas do ano de 2009, consideradas as perspectivas contabilística, de gestão e concretização do programa e actividades previstas, fornecem informação necessária ao controlo financeiro, à verificação da legalidade e à análise das decisões tomadas, completada com a certificação legal de contas.

Da análise dos documentos, concluiu-se que o orçamento municipal do ano de 2009, cujo valor inicial ascendia a 42.893.100,00 euros e que, após revisões orçamentais ao mesmo atingiu o montante 47.528.000,00 euros. Foi executado em 90,37% em relação à dotação inicial e em 81,56% relativamente às dotações corrigidas. A boa execução e realização de receitas, só foi possível dada a eficiência na concretização selectiva do investimento, orientada para projectos elegíveis no âmbito dos apoios comunitários, projectos nos quais foram aplicadas prioritariamente as receitas próprias disponíveis para o investimento.

No município tem sido, nos últimos doze anos, assegurado um elevado nível de execução orçamental, em média acima dos 80%, comparada com o intervalo de realização do conjunto de municípios que, em 2007 variava entre os 24,4% e os 117,7%.

Em termos de síntese pode-se referir:

1 – A receita cobrada bruta foi de 38.896.393,52 euros (registando um acréscimo de 15,56% acima da receita cobrada relativamente ao ano de 2008), em resultado do eficaz aproveitamento de Apoios Comunitários, a que o município acedeu, apesar da conjuntura económica e financeira que condiciona a receita e actividades das entidades públicas.

2 – A despesa paga foi de 38.858.969,00 Euros o que, face às previsões corrigidas, corresponde a uma taxa de execução de 81,76%. Estruturando a despesa paga, de acordo com a classificação económica, obtemos a seguinte composição: despesas com pessoal - 17,71%; aquisição de bens e serviços - 26,80%; juros e outros encargos - 0,94%; transferências correntes - 3,09%; outras despesas correntes - 0,79%; aquisição de bens de capital - 38,64%; transferências de capital - 6,99%; activos financeiros - 0,86% e passivos financeiros - 4,18%.

A receita corrente bruta, com uma taxa de execução de 98,22%, diminuiu 0,74% relativamente ao ano de 2008. Destaca-se uma redução de 12,54% nos impostos directos e indirectos, relativamente ao ano de 2007 e o crescimento moderado, mas estável, na venda de Bens e Serviços.

Há a salientar, ainda, uma ligeira redução na receita do Imposto Municipal Sobre Imóveis, a qual constitui uma importante receita própria do município.

A receita de capital, ascendeu a 16.031.843,12 Euros e desta 53,8% é proveniente de Apoios Comunitários; 43,92% de transferências de capital de Fundos Municipais. Evidencia-se, assim, a importância que os Apoios Comunitários representam no investimento municipal, contribuindo em 25,75% para o orçamento global da receita.

Handwritten signature and stamp. The signature is in black ink and appears to be 'J. M. Silva'. To the right of the signature is a circular stamp with the text 'Município de Bragança' and 'Imposto Municipal Sobre Imóveis'.

A despesa corrente, diminuiu 3,47% relativamente ao ano de 2008, a realização foi de 90,37% da dotação inicial, o que identifica um esforço conjunto da gestão e dos trabalhadores do município, no sentido da eficiência da aplicação de recursos, continuando a assegurar níveis crescentes e elevados de qualidade nos serviços prestados.

A despesa com pessoal, aumentou 2,10%, e representa 35,90% da despesa corrente e 17,7% da despesa global. Salientando que o intervalo da despesa com pessoal na despesa total para o conjunto dos municípios, variou no ano de 2007 entre 8,92% e 52,51%. A despesa com pessoal situa-se em 34,60% para o pessoal do quadro e 10,90% para pessoal em qualquer outra situação, relativamente aos limites legais.

A aquisição de bens e serviços, diminuiu em 8,32%, representando esta rubrica 54,33% da despesa corrente, estando incluída a prestação de serviços em diversas áreas como: ensino (refeições, transporte); ambiente (resíduos sólidos urbanos, jardins, tratamento de água e de esgotos); comunicações; energia; seguros; encargos de cobrança de receitas, etc.

As transferências (para as Freguesias, Associações de Municípios e Instituições sem Fins Lucrativos), tiveram uma execução de 90,52%, registando um aumento de 14,35% relativamente ao ano de 2008.

As despesas com juros e outros encargos, tiveram uma execução de 80,77%, as quais representam 1,9% da despesa corrente paga (sendo 0,94% da despesa total paga).

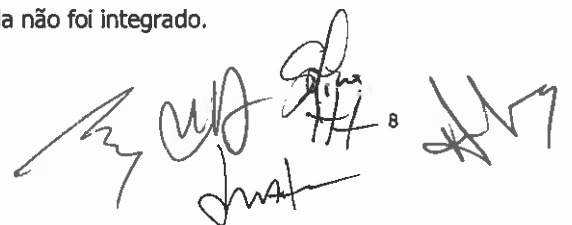
A despesa de capital, ascendeu a 19.692.743,56 Euros, equivalente a uma taxa de execução de 75,56% representando 50,68% da despesa paga, registando um aumento de 42,43% relativamente ao ano anterior. Trata-se do segundo melhor ano de investimento Municipal dos últimos 12 anos, atingindo o valor de 15.015.783,22 Euros.

As transferências de capital, para os municípios, freguesias e instituições sem fins lucrativos, no valor de 2.716.596,22 Euros, representam 13,7% da despesa de capital, tendo ocorrido um aumento de 12,72% relativamente a 2008 e de 60% relativamente a 2007. Esta verba, muito contribuiu para o bom e relevante trabalho feito designadamente pelas freguesias.

Passivo Financeiro, representou 8,25% da despesa de capital e 4,18% da despesa total paga. A amortização de empréstimos de médio e longo prazo, acrescido de juros, representa 3,78% da despesa total paga.

O endividamento municipal mantém-se em níveis baixos, comparando com os limites de endividamento impostos na Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro que aprova Lei das Finanças Locais, estando a dívida a médio e a longo prazos em 36,73% do limite legal e o endividamento líquido em 25,75%. Salienta-se o facto de em 2009 ter sido transferido algum passivo da intervenção Polis.

Em termos de balanço, o Activo que inclui bens e direitos da autarquia, apresenta um crescimento de 7,85%, resultante do crescimento de 12.769.296,27 Euros, sendo o seu valor de 175.512.630, 38 Euros. Salienta-se que o Activo transferido da sociedade Bragança Polis ainda não foi integrado.

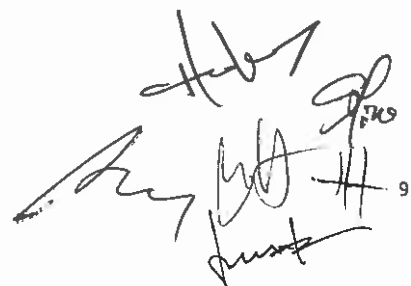


Relativamente aos Fundos Próprios, que representam 65,76% do Activo, ascendem a 115.416.924,13 Euros, tendo crescido 4.671.618,03 Euros, o equivalente a 4,22%.

Quanto ao Passivo, que inclui três grandes componentes: o passivo exigível (as dívidas a curto e médio prazos), o passivo não exigível ("acréscimos de custos" e os "proveitos diferidos") e as provisões para riscos e encargos, que representa 34,24% do Passivo e registou um aumento de 15,58%.

No entanto, é de salientar, que só cerca de um terço deste valor corresponde de facto a dívidas para com terceiros, e que os proveitos diferidos representando mais de 50% do Passivo são devidos a transferências e subsídios de capital registados como proveitos durante a vida útil dos bens adquiridos ou construídos com essas receitas.

Em síntese, os documentos apresentados, e relativamente ao ano de 2008, reflectem o crescimento da receita global de 15,56%, o aumento no investimento de 41,94%, o aumento no activo bruto de 10,82% e a redução de despesas correntes de 3,47%.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature and several smaller ones, with a small number '9' visible.

2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2.1. ANÁLISE GLOBAL DO ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E EXECUTADO DO ANO DE 2009

A análise, ainda que de forma sintética e global, da contabilidade orçamental permite-nos acompanhar todo o processo de realização de despesas e arrecadação de receitas. Este estudo, baseado nos mapas de execução orçamental que fazem parte integrante dos documentos de prestação de contas da Autarquia, visa numa primeira abordagem, comparar o valor do orçamento inicial e corrigido final, resultado das modificações orçamentais, com os valores da execução orçamental a fim de evidenciar os desvios de execução mais significativos. Os resultados obtidos permitem-nos testar a fiabilidade dos orçamentos e a capacidade financeira da sua execução face ao volume de receitas realmente arrecadado pela Autarquia, bem como da actividade de planeamento.

De salientar que a taxa de execução da despesa traduz as obrigações efectivamente pagas e não a totalidade das obrigações assumidas para com terceiros. A taxa de execução orçamental da receita é calculada com base nas receitas cobradas líquidas, ou seja, as receitas cobradas brutas corrigidas dos reembolsos e restituições.

Seguidamente apresenta-se, no Quadro n.º 1, o Mapa de Controlo Orçamental da receita (previsões corrigidas, receita cobrada líquida e sua execução) e da despesa (dotações corrigidas, despesa paga e sua execução) do ano de 2009.

QUADRO 1 – Mapa de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa do ano de 2009

ORÇAMENTO DE RECEITA

Descrição	Dotações Iniciais (DI)	Dotações Corrigidas (DC)	Receita Cobrada Líquida (RCL)	Desvio % (RCL-DC)	Tx. execução	
					Dotações Iniciais	Dotações corrigidas
Receitas Correntes						
Impostos Directos	4.806.900,00	4.806.900,00	4.274.458,20	-11,08%	88,92%	88,92%
Impostos Indirectos	379.500,00	379.500,00	248.219,98	-34,59%	65,41%	65,41%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	935.800,00	935.800,00	1.053.055,34	12,53%	112,53%	112,53%
Rendimentos de Propriedade	1.808.200,00	1.808.200,00	1.383.957,44	-23,46%	76,54%	76,54%
Transferências Correntes	10.852.800,00	10.852.800,00	10.690.040,47	-1,50%	98,50%	98,50%
Venda de Bens e Serviços Correntes	4.385.200,00	4.385.200,00	4.979.897,39	13,56%	113,56%	113,56%
Outras Receitas Correntes	49.400,00	49.400,00	41.134,00	-16,73%	83,27%	83,27%
Sub-total:	23.217.800,00	23.217.800,00	22.670.762,82	-2,36%	97,64%	97,64%
Receitas de Capital						
Venda de Bens de Investimento	3.013.800,00	3.013.800,00	116.485,14	-96,13%	3,87%	3,87%
Transferências de Capital	16.656.700,00	19.788.100,00	14.166.238,79	-28,41%	85,05%	71,59%
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00%	0,00%	100,00%
Outras Receitas de Capital	4.700,00	4.700,00	249.119,19	5200,41%	5300,41%	5300,41%
Sub-total:	19.675.200,00	24.306.600,00	16.031.843,12	-18,52%	81,48%	65,96%
Outras Receitas						
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	100,00	100,00	60.820,05	60720,05%	0,00%	60820,05%
Saldo da Gerência Anterior	0,00	3.500,00	0,00	-	0,00%	0,00%
Sub-total:	100,00	3.600,00	60.820,05	1689,45%	0,00%	1689,45%
TOTAL:	42.893.000,00	47.528.000,00	38.763.425,99	-18,44%	90,37%	81,56%

ORÇAMENTO DE DESPESA

Descrição	Dotações Iniciais (DI)	Dotações Corrigidas (DC)	Despesa Paga (DP)	Desvio % (DP-DC)	Tx. execução	
					Dotações Iniciais	Dotações corrigidas
Despesas Correntes						
Despesas com o Pessoal	7.696.000,00	6.899.210,00	6.880.402,41	-10,60%	89,40%	99,73%
Aquisição de Bens e Serviços	11.870.300,00	12.481.760,00	10.412.860,18	-12,28%	87,72%	83,42%
Juros e Outros Encargos	543.600,00	451.100,00	364.357,82	-32,97%	67,03%	80,77%
Transferências Correntes	807.600,00	1.326.730,00	1.201.018,65	48,71%	148,71%	90,52%
Outras Despesas Correntes	291.300,00	308.500,00	307.586,18	5,59%	105,59%	99,70%
Sub-total:	21.208.800,00	21.467.300,00	19.166.225,24	-9,63%	90,37%	89,28%
Despesas de Capital						
Aquisição de Bens de Capital	18.518.100,00	20.911.300,00	15.015.783,32	-18,91%	81,09%	71,81%
Transferências de Capital	1.199.000,00	3.137.900,00	2.716.596,22	126,57%	226,57%	86,57%
Activos Financeiros	375.000,00	386.000,00	335.000,00	-10,67%	89,33%	86,79%
Passivos Financeiros	1.592.200,00	1.625.500,00	1.625.364,22	2,08%	102,08%	99,99%
Sub-total:	21.684.300,00	26.060.700,00	19.692.743,76	-9,18%	90,82%	75,56%
TOTAL:	42.893.100,00	47.528.000,00	38.858.969,00	-9,91%	90,59%	81,76%

Verifica-se que o total do orçamento aprovado inicialmente, no montante de 42.893.100,00 euros foi durante a execução orçamental de 2009 elevado para 47.528.000,00 euros, devido à inserção do saldo da gerência anterior no valor de 3.500,00 euros, fundos comunitários oriundos de novos projectos financiados no valor de 3.131.400,00 euros e empréstimos bancários no valor de 1.500.000,00 euros. Numa óptica de despesa há outro aspecto que é de realçar: o volume de compromissos assumidos (no montante de 46.160.153,18 euros) originou um saldo em relação à despesa paga de 7.301.184,18 euros, obtendo nesta perspectiva um grau de comprometimento de despesa de cerca de 97,12%. Entenda-se neste ponto que o comprometimento da despesa não é o sinónimo de dívida, mas sim o compromisso para terceiros de que a mesma, desde que cumpridos os pressupostos que a originaram, se venha a realizar.

Comparando nos anos de 2008 e 2009, as taxas de execução ao nível das cobranças e dos pagamentos em relação ao ano anterior, (comportamento do valor cobrado líquido e pago face ao previsto corrigido), registam-se valores muito semelhantes, próximo dos 82% em ambos os anos.

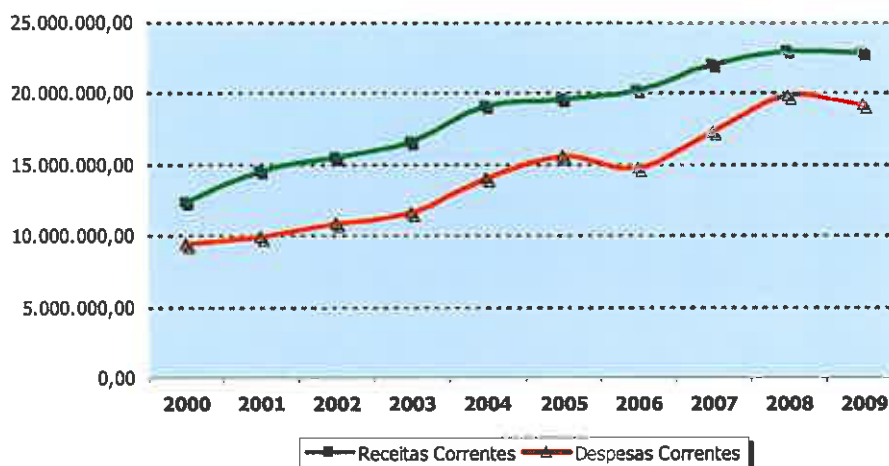
As receitas (brutas) e as despesas, correntes e de capital, apresentam sinteticamente, no ano de 2009, a seguinte estrutura:

QUADRO 2 – Estrutura da Execução Orçamental

Descrição	Valor	Coef. %
Receitas Correntes	22.803.730 €	58,63%
Receitas de Capital	16.031.843 €	41,22%
Outras Receitas	60.820 €	0,16%
Total da Receita	38.896.394 €	100,00%
Despesas Correntes	19.166.225 €	49,32%
Despesas de Capital	19.692.744 €	50,68%
Total da Despesa	38.858.969 €	100,00%

Constatamos que as *receitas correntes* superaram em 3.637.505 euros as *despesas correntes*, suportando uma parcela significativa do investimento. Tal facto é evidenciado seguidamente, apresentando complementarmente e numa perspectiva evolutiva, a comparação entre receitas e despesas correntes nos últimos dez anos.

**GRÁFICO I – Evolução das Receitas Correntes e Despesas Correntes
no período 2000-2009**



2.2. SALDOS DA GERÊNCIA

2.2.1. NA ÓPTICA ORÇAMENTAL

Para melhor análise, estes saldos devem ser calculados numa base de caixa (diferença entre receitas cobradas e despesas pagas) e numa base de compromissos (diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos). No que concerne ao significado de receitas liquidadas, retratam no orçamento o direito a receber, sendo que se podem efectivar ou não em receitas cobradas. Quanto aos compromissos, frequentemente e de forma errada identificados como dívidas, correspondem à assunção da responsabilidade da realização da despesa que se encontra devidamente suportada por requisições externas ou documento equivalente. Estes compromissos só se transformam em dívida quando existe uma efectiva obrigação (factura ou documento equivalente) de pagar.

➤ Saldo Corrente

De acordo com o disposto na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, o Princípio do Equilíbrio Orçamental determina, em sede de elaboração do orçamento, que o mesmo preveja os recursos necessários para cobrir todas as despesas, devendo as receitas correntes (brutas) ser pelo menos iguais às despesas correntes.

Assim, conforme informação seguinte podemos concluir que este saldo é positivo nas duas vertentes.

	Receitas Correntes	Despesas Correntes	Saldo Corrente
<i>na base de caixa</i>	22.803.730,35	19.166.225,24	3.637.505,11
<i>na base de compromissos</i>	22.672.204,01	21.165.562,86	1.506.641,15

Ao nível da execução orçamental desenvolvida pela Autarquia, totalizando as receitas correntes o montante de 22.803.730,35 euros face ao valor de 19.166.225,24 euros de despesas correntes, foi possível obter uma poupança corrente de 3.637.505,11 euros utilizada para suportar investimentos.

[Assinaturas manuscritas]

➤ **Saldo Orçamental**

O saldo orçamental (não inclui o saldo de tesouraria da gerência anterior) calcula-se pela diferença entre as receitas totais e as despesas totais, também com base nas duas vertentes utilizadas no cálculo do saldo corrente.

	Receitas Totais	Despesas Totais	Saldo Orçamental
<i>na base de caixa</i>	38.899.980,73	38.858.969,00	41.011,73
<i>na base de compromissos</i>	38.907.409,92	46.160.153,18	-7.252.743,26

Analisando a informação anterior, constata-se que o saldo orçamental na base de caixa é positivo, registando 41.011,73 euros, que transitam para o ano de 2010. O saldo na base de compromissos evidencia, naturalmente, um saldo negativo, justificado pelo não pagamento das despesas assumidas no período da gerência, assim, conforme já foi explicitado no início deste ponto, esta diferença significativa evidencia parte dos compromissos (assunção de uma responsabilidade na realização de despesas) que transitam para o ano económico seguinte.

➤ **Saldo efectivo**

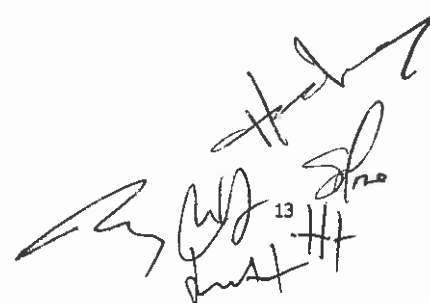
Este saldo é obtido através da diferença entre as receitas totais e as despesas totais, excluindo de igual forma nos dois agregados os Activos Financeiros e os Passivos Financeiros.

	Receitas Totais	Despesas Totais	Saldo Efectivo
<i>na base de caixa</i>	38.899.980,73	36.898.604,78	2.001.375,95
<i>na base de compromissos</i>	38.907.409,92	44.199.788,96	-5.292.379,04

Este indicador permite saber a cobertura que as receitas "operacionais" detêm relativamente às despesas "operacionais" e " encargos financeiros". Assim, na base de caixa o saldo global ou efectivo é positivo com o valor de 2.001.375,95 euros. Tal como previsto, na base dos compromissos e seguindo a mesma explicação já referida no saldo anterior, este valor atinge um saldo negativo de 5.292.379,04 euros.

2.2.2. NA ÓPTICA DOS FLUXOS DE CAIXA

A análise efectuada aos Fluxos de Caixa do exercício de 2009, onde se encontram discriminadas todas as importâncias relativas aos recebimentos e pagamentos, reportando-se tanto à execução orçamental, como às operações de tesouraria (valores entrados em cofre e destinados a outras entidades, isto é, cobranças para terceiros), permite-nos constatar que o saldo para a gerência seguinte é de 1.480.837,04 euros, dos quais 41.011,73 euros são de Operações Orçamentais e 1.439.825,31 euros são de Operações de tesouraria.



QUADRO 3 – Fluxos de Caixa

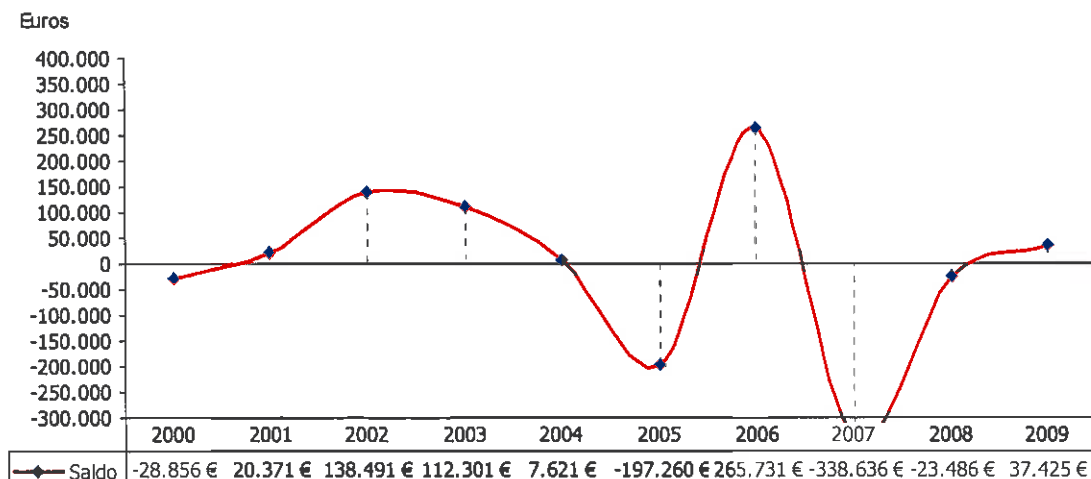
unidade: euros

Saldo da Gerência anterior (2008)		
Execução orçamental	3.587,21	
Operações de tesouraria	1.283.263,44	1.286.850,65
Receita cobrada na gerência		
Receitas Orçamentais	38.896.393,52	
Operações de tesouraria	1.726.615,04	40.623.008,56
Pagamentos efectuados na gerência		
Despesas Orçamentais	38.858.969,00	
Operações de tesouraria	1.570.053,17	40.429.022,17
Saldo para a Gerência seguinte (2010)		
Execução orçamental	41.011,73	
Operações de tesouraria	1.439.825,31	1.480.837,04

2.3. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

No ano de 2009 a Receita total cobrada bruta ascendeu, tal como já ficou anteriormente demonstrado, a 38.896.393,52 euros e a Despesa total executada a 38.858.969 euros, significando que durante o ano de 2009 os recebimentos são superiores os pagamentos em 37.424,52 euros. O gráfico II evidencia a evolução do Saldo do exercício ao longo dos últimos dez anos.

GRÁFICO II – Saldo do exercício



Relativamente ao saldo da gerência de 2009, se ao saldo do exercício adicionarmos o saldo da gerência anterior (2008) de 3.587,21 euros, transita para a gerência do ano de 2010 um saldo orçamental de 41.011,73 euros. Neste contexto, concluímos que o orçamento de 2009 previa todos os recursos necessários para cobrir todas as despesas, pelo que se cumpriu o princípio orçamental do equilíbrio global.

(Assinaturas manuais)

2.4. ORÇAMENTO DE RECEITA

Ao longo deste capítulo procura-se referir os principais factores que condicionaram a arrecadação de receitas no decorrer de 2009 e a sua evolução no triénio 2007 – 2009. A análise efectuada à execução orçamental teve como suporte os dados constantes dos Orçamentos do referido período, utilizando no Orçamento de receita, a receita cobrada bruta.

A estrutura da *Receita Total* subdivide-se, em termos orçamentais, em *Receitas Correntes*, que compreendem os impostos directos e indirectos, as taxas, multas e outras penalidades, os rendimentos de propriedade, as transferências correntes, venda de bens e serviços correntes e outras receitas correntes, em *Receitas de Capital*, onde se inscrevem as rubricas referentes à venda de bens de investimento, às transferências de capital, aos activos financeiros, aos passivos financeiros, a outras receitas de capital e a *Outras Receitas*, constituídas pelas reposições não abatidas nos pagamentos e o saldo da gerência anterior.

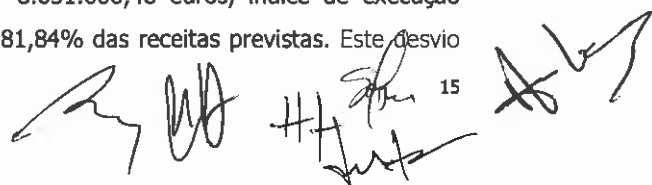
O quadro seguinte apresenta a estrutura do Orçamento de Receita e os desvios relativamente ao orçamento inicial e corrigido.

QUADRO 4 – Estrutura do Orçamento de Receita

Descrição	Previsões Corrigidas	Receita cobrada bruta	Desvio	Estrutura	%
Receitas Correntes					
Impostos Directos	4.806.900,00	4.399.172,21	-407.727,79	11,31	
Impostos Indirectos	379.500,00	248.652,42	-130.847,58	0,64	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	935.800,00	1.054.632,91	118.832,91	2,71	
Rendimentos de Propriedade	1.808.200,00	1.383.957,44	-424.242,56	3,56	
Transferências Correntes	10.852.800,00	10.690.040,47	-162.759,53	27,48	
Venda de Bens e Serviços Correntes	4.385.200,00	4.986.140,90	600.940,90	12,82	
Outras Receitas Correntes	49.400,00	41.134,00	-8.266,00	0,11	
Total (Receitas Correntes)	23.217.800,00	22.803.730,35	-414.069,65	58,63	
Receitas de Capital					
Venda de Bens de Investimento	3.013.800,00	116.485,14	-2.897.314,86	0,30	
Transferências de Capital	19.788.100,00	14.166.238,79	-5.621.861,21	36,42	
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	
Passivos Financeiros	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	3,86	
Outras Receitas de Capital	4.700,00	249.119,19	244.419,19	0,64	
Total (Receitas Capital)	24.306.600,00	16.031.843,12	-8.274.756,88	41,22	
Outras Receitas					
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	100,00	60.820,05	60.720,05	0,16	
Saldo da Gerência Anterior	3.500,00	0,00	-3.500,00	0,00	
Total (Outras Receitas)	3.600,00	60.820,05	57.220,05	0,16	
TOTAL	47.528.000,00	38.896.393,52	-8.631.606,48	100,00	

O Orçamento de Receita para o ano de 2009, apresenta um valor cobrado bruto de 38.896.393,52 euros, sendo 22.803.730,35 de receitas correntes, 16.031.842,12 euros de receitas de capital e 60.820,05 euros de outras receitas.

Relativamente ao previsto para 2009, ficaram por arrecadar 8.631.606,48 euros, índice de execução inferior ao esperado em 18,16%, ou seja, foram arrecadadas 81,84% das receitas previstas. Este desvio

 15

na execução, foi originado principalmente pela diminuição na cobrança das receitas de capital relativamente ao previsto em 8.274.756,88 euros, resultante, entre outros, da diminuição das transferências de capital e da não concretização da venda de bens de investimento.

As receitas correntes (bruta) tiveram uma execução próxima dos 100%, atingindo o valor de 98,22%.

Podemos salientar pela análise do quadro, que os fundos provenientes das transferências (correntes e de capital) são a principal fonte de receita, responsáveis por 54,82% dos fundos do Orçamento Municipal. Também os impostos (directos e indirectos) totalizam 11,95%, assim, são estes dois agregados que sustentam em 75,85% o orçamento de receita. Sendo que estes têm maior expressão ao nível das receitas correntes, naturalmente condicionam a sua estrutura, pelo que o peso das receitas correntes arrecadadas é de 58,63% em relação à receita total e as de capital de 41,22%.

A receita cobrada pela sua tipologia (corrente e capital), no ano em análise, apresenta alguns desvios na sua estrutura em relação a 2008. Assim, as receitas correntes que em 2009 apresentam um peso no orçamento de receita de 58,63%, representavam em 2008, 68,26%. Relativamente às receitas de capital a tendência é inversa, ou seja, em 2009 o valor é de 41,22% enquanto que em 2008 a mesma relação foi de 31,74%.

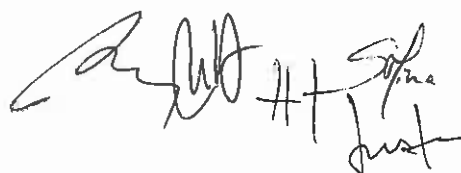
Nos quadros seguintes de análise comparativa da execução no triénio 2007 – 2009, apresentam-se, por capítulos, os valores das receitas correntes e de capital cobradas.

2.4.1. RECEITAS CORRENTES

O quadro seguinte retrata a evolução das receitas correntes nos últimos três anos. No período em estudo o desempenho da cobrança deste tipo de receitas apresenta-se atípica, tendo registado em 2009, e comparativamente ao ano de 2008, uma diminuição de 0,74%.

QUADRO 5 – Estrutura e evolução na cobrança das Receitas Correntes no período 2007-2009

Descrição	2007	2008	2009	Evolução no período	
				2007-2008	2008-2009
Receitas Correntes					
Impostos Directos	4.871.449,39	4.694.357,40	4.399.172,21	-3,64%	-6,29%
Impostos Indirectos	478.808,58	255.217,48	248.652,42	-46,70%	-2,57%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	849.510,83	990.233,04	1.054.632,91	16,57%	6,50%
Rendimentos de Propriedade	1.552.716,73	2.108.508,05	1.383.957,44	35,79%	-34,36%
Transferências Correntes	9.889.907,38	10.229.270,51	10.690.040,47	3,43%	4,50%
Venda de Bens e Serviços Correntes	4.291.940,63	4.648.614,63	4.986.140,90	8,31%	7,26%
Outras Receitas Correntes	30.608,79	48.254,17	41.134,00	57,65%	-14,76%
Total (Receitas Correntes)	21.964.942,33	22.974.455,28	22.803.730,35	4,60%	-0,74%

 16 

Numa análise comparativa da receita cobrada bruta em 2009, que apresenta uma execução de 98,22% para com a de 2008, os tipos de *Receitas Correntes* arrecadadas com mais significado:

➤ os *Impostos Directos* com uma execução de 91,52%, ascendem em 2009 a 4.399.712,21 euros, traduzindo um decréscimo na cobrança de 295.185,19 euros relativamente ao ano de 2008. Apresentam-se com maior representatividade o *Imposto Municipal sobre Imóveis* e o *Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis* (foi incluído neste montante os impostos abolidos da Contribuição Autárquica e Imposto de Sisa) que globalmente atingem os valores de 2.839.199,28 euros e 1.052.587,24 euros, respectivamente;

➤ os *Impostos Indirectos*, com uma receita cobrada bruta de 248.652,42 euros no ano de 2009, apresentam uma diminuição em valor absoluto de 6.565,06 euros em relação ao ano anterior. Com uma execução aquém do previsto, somente 65,52%, revela o fraco desempenho das receitas que recaem exclusivamente sobre o sector produtivo, nomeadamente da rubrica de loteamentos e obras que representando 92,97% da receita cobrada ao nível dos impostos indirectos apresenta, uma taxa de execução de 66,87%. As restantes receitas, tais como: ocupação da via pública e publicidade não têm impacto significativo neste agregado;

➤ as *Taxas, Multas e Outras Penalidades* com uma taxa de execução de 112,70% em 2009, apresentam uma receita bruta de 1.054.632,91 euros, apresentando em relação ao ano anterior um crescimento de 64.399,87 euros. As receitas que mais se destacam na sua cobrança (globalmente 85,89%) são as derivadas das taxas de saneamento, absorvendo 64,88% das receitas cobradas e as de loteamentos e obras que representam 21,01% deste grupo de receitas;

➤ *Rendimentos de Propriedade*, esta receita, proveniente de juros, dividendos e outras participações em lucros, rendas de terrenos e outros, atinge no ano de 2009 o valor de 1.383.957,44 euros, ou seja, menos 34,36% que a cobrada em 2008. A renda de concessão paga trimestralmente pela EDP, sendo responsável por 1.265.670,75 euros, representa 91,45% dos rendimentos de propriedade;

➤ as *Transferências Correntes* registam uma execução de 98,50%, apresentando um incremento relativamente ao ano anterior de 460.769,96 euros;

➤ a *Venda de bens e serviços correntes* perfazem 4.986.140,90 euros, registando em relação ao ano anterior um aumento de 337.526,27 euros. Com maior representatividade merecem destaque a venda de produtos acabados e intermédios: *Água* (1.814.060,70 euros) e *Electricidade* (475.278,56 euros); e a prestação de um serviço específico da Autarquia: *Recolha de Resíduos Sólidos* (1.153.207,10 euros). De referir ainda que neste agregado, as receitas provenientes dos *Serviços Desportivos* e de *Parques de Estacionamento*, respectivamente com as cobranças na ordem dos 142.857,59 euros e 369.045,23 euros, respectivamente.

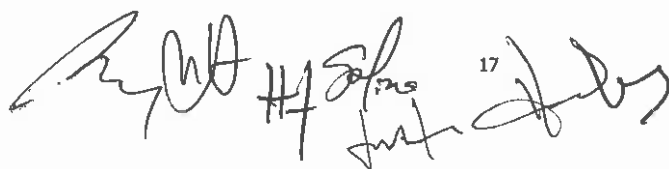
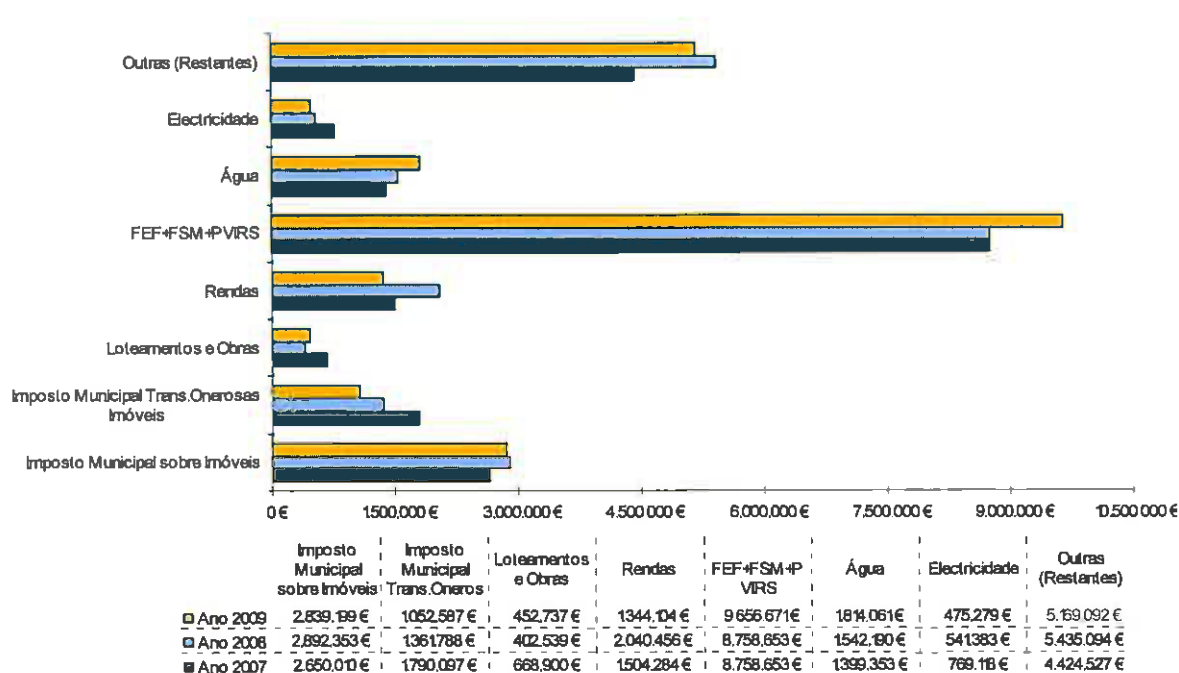


GRÁFICO III – Estrutura e evolução na execução das Receitas Correntes



2.4.2. RECEITAS DE CAPITAL

Como se pode verificar pela análise dos quadros seguintes, o núcleo essencial das Receitas de Capital arrecadadas no ano de 2009 é constituído pelas Transferências de Capital e Passivos financeiros.

As *Receitas de Capital* ascendem a 16.031.843,12 euros, o que relativamente ao ano anterior, traduz um incremento de 5.349.760,64 euros, equivalente a mais 50,08%. Neste aumento, foram determinantes as transferências de capital com mais 5.944.105,20 euros e o empréstimo de Médio e Longo Prazos que determinou passivos financeiros no valor de 1.500.000,00 euros.

Através da composição dos valores arrecadados e afectos a receitas de capital por grandes agregados económicos, também observada a partir do quadro seguinte, podemos concluir que os meios de financiamento externo são a fonte quase exclusiva (97,72%) de recursos de capital.

QUADRO 6 – Estrutura e evolução na cobrança das Receitas de Capital

Descrição	2007	2008	2009	Evolução no período	
				2007-2008	2008-2009
Receitas de Capital					
Venda de Bens de Investimento	373.634,69	477.536,37	116.485,14	-	-75,61%
Transferências de Capital	8.871.441,15	8.222.133,59	14.166.238,79	-7,32%	72,29%
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	-	-
Passivos Financeiros	0,00	1.982.300,00	1.500.000,00	-	-24,33%
Outras Receitas de Capital	8.148,15	112,52	249.119,19	-98,62%	221.299,92%
Total (Receitas Capital)	9.253.223,99	10.682.082,48	16.031.843,12	15,44%	50,08%

[Assinaturas manuais]

➤ A Venda de Bens de Investimento, registaram em 2009 recebimentos no valor de 116.485,14 euros, registando uma taxa de execução de 3,87;

➤ A rubrica Transferências de Capital, comporta na sua constituição as verbas provenientes dos Fundos Municipais e as verbas arrecadadas com os Apoios Comunitários e Contratos-Programa, concedidos ao Município. Apresenta um aumento de 72,29% relativamente ao ano de 2008, o que se traduz em 14.166.238,79 euros;

➤ Quanto ao capítulo dos Passivos Financeiros, o recurso a empréstimos, já mencionados, apresentam a importância de 1.500.000,00 euros.

O quadro seguinte discrimina os principais projectos de investimento, financiados por apoios comunitários e outros, obtidos em 2009 com o valor de 8.588.945,00 euros.

QUADRO 7 – Principais Apoios Comunitários e Outros, afectos ao investimento recebidos durante o ano de 2009

<i>Designação do Projecto</i>	<i>Valor da Comparticipação Recebida</i>
Requalificação rede viária (Este/Norte/Oeste)	299.006 €
Pav. a cubos de granito em aldeias emblemáticas	407.133 €
Reperilamento da Av. General Humberto Delgado	2.378.240 €
Requalificação rede viária (Este/Sul)	676.330 €
Zona Industrial de Mós	156.121 €
Centros Escolares	1.791.299 €
Circular Interior	1.418.657 €
Centro de Saúde de Sta.Maria	1.462.158 €
Total	8.588.945 €

2.4.3. EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL

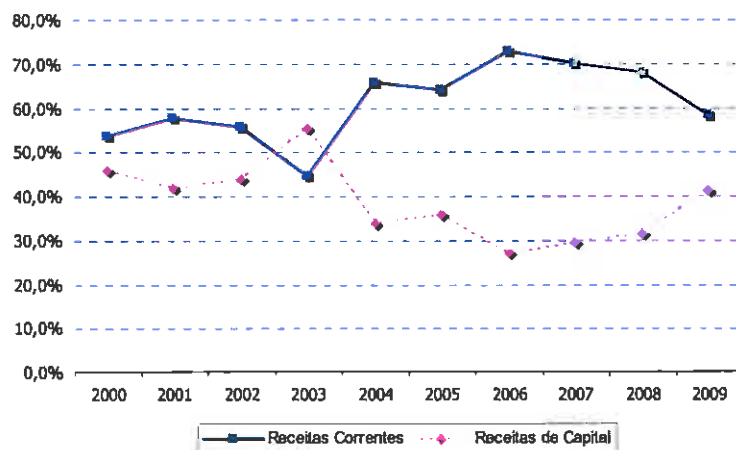
O quadro n.º 8 e o gráfico n.º IV permitem visualizar o comportamento de cada componente económica da Receita: correntes e de capital.

QUADRO 8 – Estrutura e Evolução das Receitas Correntes, Capital e Outras em percentagem

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Receitas Correntes	50,1%	53,9%	57,9%	55,8%	44,7%	65,90%	64,14%	72,85%	70,34%	68,26%	58,63%
Receitas de Capital	49,9%	46,1%	42,1%	44,2%	55,3%	34,00%	35,81%	27,09%	29,63%	31,74%	41,22%
Outras Receitas	—	—	—	—	—	0,10%	0,05%	0,06%	0,03%	0,01%	0,16%

[Assinaturas manuais]

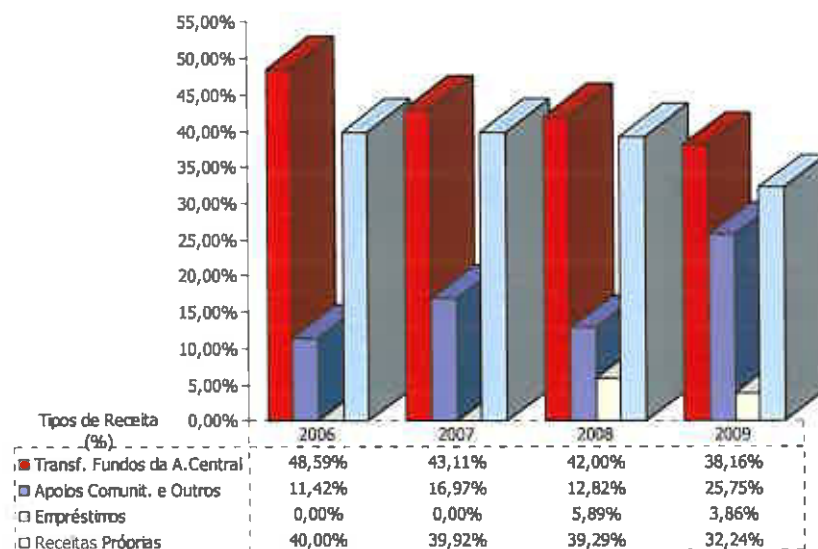
GRÁFICO IV – Evolução das Receitas Correntes e de Capital em percentagem



QUADRO 9 – Evolução da Estrutura das Receitas Totais – 1999/2009 por tipo de financiamento

Anos Períodos	F.E.F	F.S.M	P.V.IRS	LOE	Apoios Comunit. e Outros	Empréstimos	Receitas Próprias	Total
1999	6.532.462	1.644.696			4.046.907	997.596	9.737.383	22.959.044
2000	7.268.308	1.925.894			3.308.686	1.496.394	8.760.382	22.759.664
2001	8.371.450	1.504.883		890.863	3.739.623	312.961	10.153.306	24.973.085
2002	8.866.189	2.318.217	993.085		5.158.507	2.062.833	8.238.191	27.637.022
2003	9.085.329	2.481.155	1.028.836		10.165.341	3.895.039	10.344.703	37.000.403
2004	9.848.042	2.271.477	1.078.295		4.024.778	497.738	11.243.357	28.963.687
2005	10.753.487	1.618.078	1.090.205		4.322.802	1.664.175	11.134.415	30.583.162
2006	11.484.514	899.988	1.080.268		3.165.259	0	11.085.577	27.712.606
2007	11.757.792	491.976	1.212.002		5.299.579	0	12.466.209	31.227.558
2008	12.343.662	491.971	1.299.226		4.316.545	1.982.300	13.224.581	33.658.285
2009	12.962.328	545.965	1.333.309		10.014.677	1.500.000	12.540.114	38.896.394

GRÁFICO V – Evolução da estrutura das Receitas – 2006/2009 por tipo de financiamento



Assinaturas manuscritas e rubricas no canto inferior direito da página.

2.5. ORÇAMENTO DA DESPESA

A abordagem efectuada à análise da despesa perspectiva-se numa lógica tipificada por tipo de classificação: económica – que permite identificar quer o destino privilegiado das despesas (correntes ou de capital), quer a sua natureza (despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, ...); orgânica – segundo as unidades orgânicas ou centros de custos) e funcional – indicando a afectação das despesas ao tipo de necessidades locais que a Autarquia pretende satisfazer.

2.5.1. ESTRUTURA E EXECUÇÃO DA DESPESA

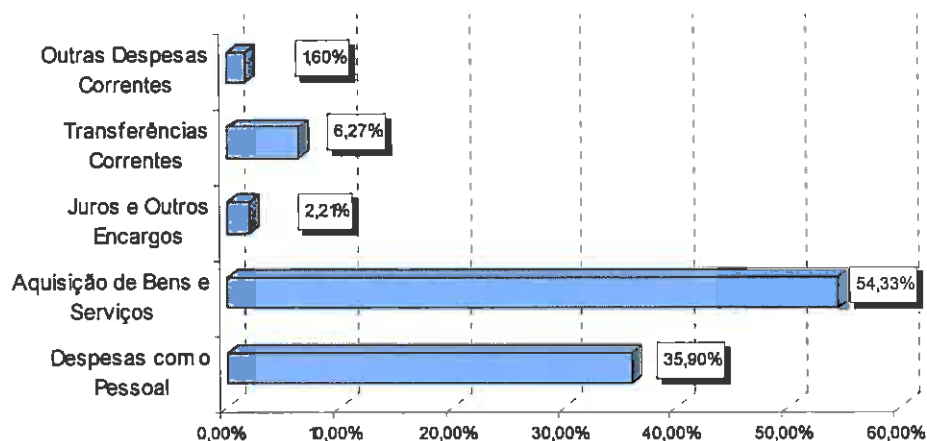
O quadro n.º 10 resume, na óptica da classificação económica, o total da despesa paga no ano de 2009.

QUADRO 10 – Estrutura do Orçamento de Despesa

Descrição	Dotações Finais	Despesa Paga	Desvio	Estrutura Global %	Tx. execução
Despesas Correntes					
Despesas com o Pessoal	6.899.210,00	6.880.402,41	-18.807,59	17,71	99,73%
Aquisição de Bens e Serviços	12.481.760,00	10.412.860,18	-2.068.899,82	26,80	83,42%
Juros e Outros Encargos	451.100,00	364.357,82	-86.742,18	0,94	80,77%
Transferências Correntes	1.326.730,00	1.201.018,65	-125.711,35	3,09	90,52%
Outras Despesas Correntes	308.500,00	307.586,18	-913,82	0,79	99,70%
Total (Despesas Correntes)	21.467.300,00	19.166.225,24	-2.301.074,76	49,32	89,28%
Despesas de Capital					
Aquisição de Bens de Capital	20.911.300,00	15.015.783,32	-5.895.516,68	38,64	71,81%
Transferências de Capital	3.137.900,00	2.716.596,22	-421.303,78	6,99	86,57%
Activos Financeiros	386.000,00	335.000,00	-51.000,00	0,86	86,79%
Passivos Financeiros	1.625.500,00	1.625.364,22	-135,78	4,18	99,99%
Total (Despesas Capital)	26.060.700,00	19.692.743,76	-6.367.956,24	50,68	75,56%
TOTAL	47.528.000,00	38.858.969,00	-8.669.031,00	100,00	81,76%

2.5.1.1. DESPESAS CORRENTES

GRÁFICO VI – Estrutura da execução despesas correntes em percentagem



[Assinaturas manuais]

As despesas correntes pagas totalizaram 19.166.225,24 euros, registando-se uma diminuição, em termos absolutos, de 689.125,33 euros em relação ao ano anterior. Relativamente ao orçamento de despesa representam 49,32% das despesas pagas, com uma taxa de execução de 89,28%. No que concerne aos compromissos assumidos, totalizam 21.165.562,86 euros pelo que a taxa de comprometimento da despesa neste agregado, atinge o valor de 98,59%. O quadro seguinte, apresenta a tendência verificada no triénio deste tipo de despesas.

QUADRO 11 – Estrutura do Orçamento de Despesas Correntes e sua Evolução no período 2007-2009

Descrição	2007	2008	2009	Evolução no período	
				2007-2008	2008-2009
Despesas Correntes					
Despesas com o pessoal	6.503.285,00	6.739.060,14	6.880.402,41	3,63%	2,10%
Aquisição de bens e serviços	9.136.007,80	11.357.516,89	10.412.860,18	24,32%	-8,32%
Juros e outros encargos	408.662,75	437.602,84	364.357,82	7,08%	-16,74%
Transferências correntes	1.005.508,04	1.050.323,88	1.201.018,65	4,46%	14,35%
Outras despesas correntes	262.124,99	270.846,82	307.586,18	3,33%	13,56%
Total (Despesas Correntes)	17.315.588,58	19.855.350,57	19.166.225,24	14,67%	-3,47%

➤ As **despesas com pessoal**, com uma execução orçamental de 6.880.402,41 euros, correspondem a cerca de 35,90% da despesa corrente executada, registando um acréscimo de 2,10% em relação ao ano de 2009. Relativamente ao total do orçamento de despesa expressam uma representatividade de 17,71% das despesas pagas.

É de salientar os limites gerais impostos às despesas com o pessoal dos Municípios no ano de 2009. Determina o art. 10º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, que as despesas de pessoal obedecem às regras seguintes: o cálculo do limite com as despesas do pessoal tem por base as receitas correntes do ano económico anterior; as despesas a considerar com o pessoal são as que efectivamente se realizaram durante o presente ano económico; as despesas com o pessoal do quadro previstas e orçamentadas para cada ano não poderão exceder 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respectivo exercício e as despesas com o pessoal pagas pela rubrica pessoal em qualquer outra situação não podem ultrapassar 25% do limite dos encargos referidos para o pessoal do quadro. Na Lei n.º 67-A/2007, de 31/12, que estabelece o Orçamento do Estado para 2008, não foi consagrado qualquer limite anual para as despesas de pessoal das autarquias locais.

No ano de 2009 as despesas com o pessoal ascenderam a 6.880.402,41 euros, sendo que deste montante 5.387.835,67 euros são respeitantes a remunerações certas e permanentes. Para o cálculo dos limites com pessoal fixados legalmente, são consideradas as despesas pagas pelo sub agrupamento remunerações certas e permanentes, ignorando-se as despesas pagas aos titulares de órgãos de soberania e membros dos órgãos autárquicos, bem como as despesas de representação. Assim sendo, as despesas a considerar para o pessoal do quadro e pessoal em qualquer outra situação ascendem a 4.769.490,62 euros e 375.615,30 euros, respectivamente, cujo cálculo se processa da forma seguinte:

<i>Despesas com pessoal</i>		
<i>Descrição</i>	<i>Limite legal</i>	<i>Despesa paga</i>
Pessoal do Quadro	60% das Rec. Correntes do ano anterior 22.974.455,28 € 13.784.673,17 €	4.769.490,62
Pessoal em qualquer outra situação	25% do limite das Despesas com Pessoal dos Quadros 13.784.673,17 € 3.446.168,29 €	375.615,30

Em face deste enquadramento, salienta-se que as despesas de pessoal situam-se relativamente às receitas correntes do ano anterior, dentro dos limites legais representando, respectivamente, 34,60% e 10,90% desses limites legais impostos.

➤ A **aquisição de bens e serviços**, diminuída em 8,32% relativamente ao ano anterior, surge a par das despesas com pessoal, como a rubrica de despesa com maior peso relativamente ao total das despesas de funcionamento, com um peso de 54,33% influenciando as despesas correntes totais no montante de 10.412.860,18 euros. Nesta tipologia de despesas, a aquisição de serviços assume maior relevância abrangendo 87,88% da despesa paga, enquanto que a aquisição de bens se traduz em 12,12%.

Dentro da **aquisição de bens**, em que podemos enquadrar designadamente o material de limpeza e higiene, educação cultura e recreio, material honorífico, entre outros, a despesa que assume maior expressão é a que se refere à aquisição de combustíveis e lubrificantes com 27,40% da despesa paga.

Ao nível das **prestações de serviços**, dizem respeito a aquisição de serviços a terceiros por parte da Autarquia, designadamente: encargos de instalações com 19,44%; limpeza e higiene com 17,88%, serviços especializados com 16,90% e outros serviços com 23,41%, estas despesas significam no seu conjunto 77,62% da despesa paga com a aquisição de serviços.

Os restantes despesas encontram-se dispersas, entre outras, em: transportes 7,53%; vigilância e segurança 3,74%; encargos de cobrança com receitas 3,68%.

➤ As despesas com **juros e outros encargos** apresentam o valor de 364.357,82 euros, sendo que 322.896,32 euros referem-se a empréstimos de médio e longo prazos. O modelo 8.3.6 da prestação de contas apresenta, discriminadamente, estes encargos por natureza e finalidade.

➤ Quanto às restantes rubricas, as **transferências correntes** correspondem a 6,27% das despesas correntes, com o valor absoluto de 1.201.018,65 euros e um aumento de 14,35% comparativamente ao ano 2008. Os seus destinatários encontram-se evidenciados no Mapa de Transferências Correntes – que constam do capítulo dos Mapas de Prestação de Contas e cuja composição agregada é a seguinte:

- Freguesias, com transferências na ordem dos 127.260,89 euros;
- Associações de Municípios com 93.852,94 euros;
- Instituições Sem Fins Lucrativos com 979.904,82 euros.

➤ as **outras despesas correntes** equivalem a 1,60% traduzindo um impacto insignificante no orçamento corrente.



2.5.1.2. DESPESAS DE CAPITAL

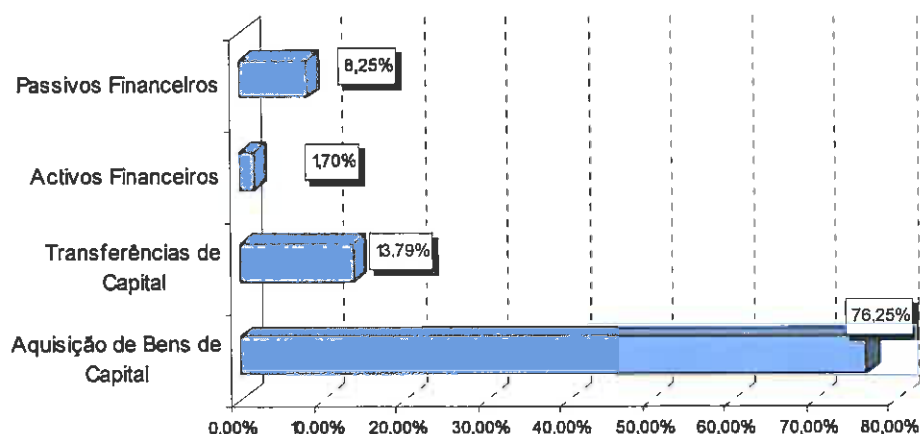
O quadro n.º 12 permite desagregar as despesas de capital, indicando o volume de despesa paga, respectiva estrutura, evolução de cada um dos agrupamentos e sua taxa de variação em relação ao último triénio.

QUADRO 12 – Estrutura do Orçamento de Despesas de Capital e sua Evolução no período 2007-2009

Descrição	2007	2008	2009	Evolução no período	
				2007-2008	2008-2009
Despesas de Capital					
Aquisição de bens de capital	10.550.010,34	10.153.434,72	15.015.783,32	-3,76%	47,89%
Transferências de capital	1.698.059,42	2.410.041,14	2.716.596,22	41,93%	12,72%
Ativos financeiros	461.268,22	165.000,00	335.000,00	-64,23%	103,03%
Passivos financeiros	1.541.267,52	1.097.944,65	1.625.364,22	-28,76%	48,04%
Total (Despesas Capital)	14.250.605,50	13.826.420,51	19.692.743,76	-2,98%	42,43%

Complementando a informação disponibilizada com a do gráfico seguinte, concluímos que as despesas de capital pagas totalizaram 16.692.743,76 euros, registando-se um aumento de 42,43% em relação ao ano anterior. Relativamente ao orçamento de despesa representam 50,68% das despesas pagas, com uma taxa de execução de 75,56%. No que concerne aos compromissos assumidos, totalizam 24.994.590,32 euros, pelo que, a taxa de realização da despesa neste agregado, atinge o valor 95,91%.

GRÁFICO VII – Estrutura das despesas de capital em percentagem



➤ Com maior significado no cômputo das despesas de capital destacam-se a **Aquisição de bens de capital**, ou seja, investimento directo do Município, no valor executado de 15.015.783,32 euros, representando 76,25% das mesmas. Relativamente ao ano anterior revelam um aumento de 47,89%, consequência directa do aumento das receitas de capital

➤ Em relação às **Transferências de capital**, com uma execução de 2.716.596,22 euros, regista um aumento de 12,72% em relação ao ano de 2008. Tais valores ficam evidenciados no Mapa de

[Assinaturas manuscritas] 24

Transferências de Capital – Despesa que consta do capítulo dos Mapas de Prestação de Contas, sendo as entidades beneficiárias:

- 131.122,51 euros para Municípios;
- 2.108.204,71 euros para as Freguesias;
- Instituições Sem Fins Lucrativos, com 477.269,00 euros.

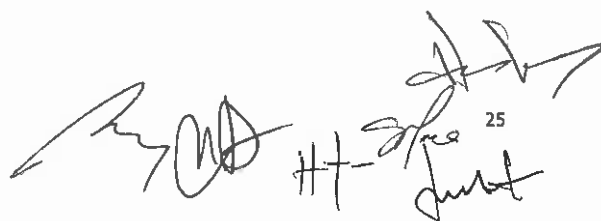
➤ Os **Activos financeiros** representam 1,70% da componente de capital, apresentando uma execução no valor de 335.000,00 euros. Este valor resulta das *Partes de Capital em Associações de Municípios* aumentadas em 60.000,00 euros através da participação do município na Associação para o Desenvolvimento Brigantia Ecopark e Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto e dos reforços do capital social das *Partes de Capital em Empresas Municipais e Inter Municipais e Empresas Privadas ou Cooperativas*, no valor respectivamente, de 200.000,00 euros no Mercado Municipal de Bragança, E.M. e 75.000,00 euros na Terra Fria Carnes.

➤ Relativamente aos **Passivos Financeiros**, o seu valor ascende a 1.625.364,22 euros, com um aumento de 48,04% em relação ao ano anterior.

QUADRO 13 – Estrutura da Despesa Total paga em relação à Aquisição de Bens de Investimento, Transferências de Capital e Activos Financeiros no período 1998-2009

Anos	Total de Despesa Paga	ABI + TC + AF	peso %
1998	20.036.332,00	10.956.071,00	54,68%
1999	22.924.198,00	13.844.774,00	60,39%
2000	22.788.520,00	12.384.304,00	54,34%
2001	24.952.714,00	14.043.056,00	56,28%
2002	27.498.531,00	15.481.813,00	56,30%
2003	36.888.102,00	24.235.163,00	65,70%
2004	28.956.066,33	13.491.108,26	46,59%
2005	30.780.422,10	13.706.577,27	44,53%
2006	27.446.874,57	11.116.012,28	40,50%
2007	31.566.194,08	12.709.337,98	40,26%
2008	33.681.771,08	12.728.475,86	37,79%
2009	38.858.969,00	18.067.379,54	46,49%

Considerando que o investimento directo (aquisição de bens de capital) do Município significa 38,64% do orçamento de despesa municipal, com 15.015.783,32 euros, resulta necessário o conhecimento das suas fontes de financiamento. No quadro seguinte observa-se a existência de distintos pesos relativos no que toca ao rácio investimento/fontes de financiamento no período compreendido entre 2006 e 2009.



25

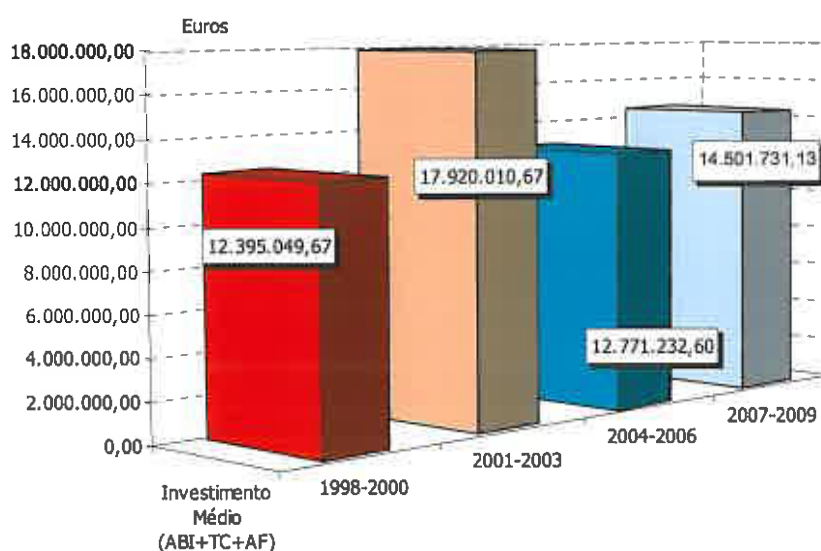
**QUADRO 14 - Fontes de financiamento da Aquisição de Bens de Investimento
período 2006/2009**

Anos	Aquisição de Bens de Investimento		Financiamento destinado a Investimento						Taxa cobertura do Investimento		
	Realizado	Taxa Variação	Apoios Comunit. e Outros	Taxa Variação	Empréstimos	Taxa Variação	Financiamento Municipal	Taxa Variação	Apoios Comunit. e Outros	Empréstimos	Financiamento Municipal
2006	9.180.359,99		2.122.157,64		0,00		7.058.202,4		23,12%	0,00%	76,88%
2007	10.590.010,34	14,92%	4.168.324,15	96,42%	0,00		6.381.686,2	-9,58%	39,51%	0,00%	60,49%
2008	10.153.434,72	-3,76%	3.281.668,59	-21,20%	1.982.300,00		4.886.466,1	-23,43%	32,35%	19,52%	48,13%
2009	15.015.783,32	47,89%	8.981.307,79	173,43%	1.500.000,00	-24,33%	4.534.475,5	-7,20%	59,81%	9,99%	30,20%
Total	44.899.588,37		18.556.458,17		3.482.300,00		22.860.830,20				
Média	11.224.897,09		4.639.114,54		870.575,00		5.715.207,55		38,70%	7,38%	53,92%

Pela informação disponibilizada, concluímos que no período em análise, a aquisição de bens de investimento foi suportada na sua maior parte pelo financiamento municipal. Assim sendo e tendo como base de análise o investimento médio anual, o mesmo, teve como fontes de financiamento, e por ordem de importância: financiamento municipal, 53,92%; apoios comunitários e outros, 38,70% e empréstimos 7,38%. No entanto, considerando individualmente o ano de 2009, os apoios comunitários e outros, obtiveram uma expressão relevante como fontes de financiamento no valor de 59,81%.

Reportando-nos ao Investimento nas componentes do quadro n.º 14, podemos concluir, tal como é bem visível no gráfico seguinte, que foi o período 2001/2003 que se concentrou a maior parcela de investimento realizado entre os anos de 1998 e 2009.

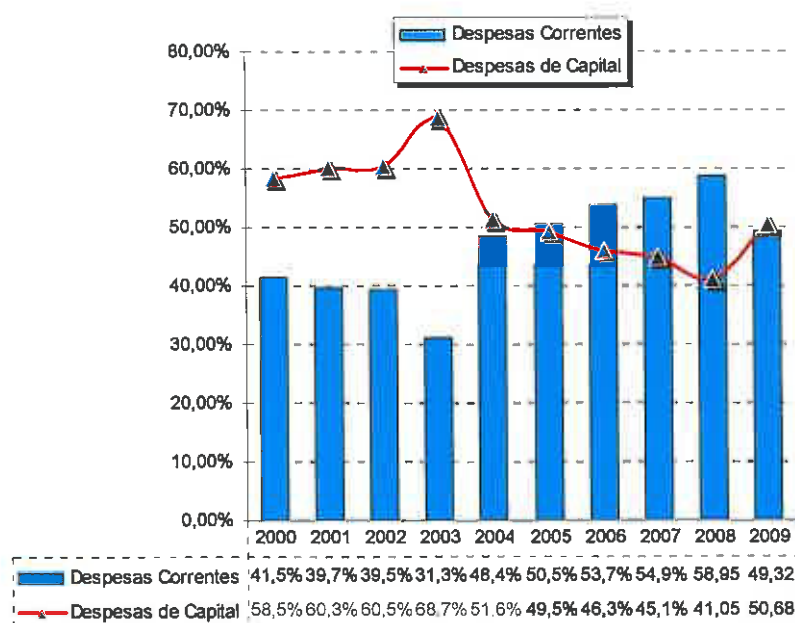
GRÁFICO VIII – Investimento Médio Anual (ABI+TC+AF) – por períodos



2.5.1.3. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

O Gráfico IX apresenta a evolução das despesas correntes e de capital no último decénio e a sua proporcionalidade no orçamento de despesa municipal.

GRÁFICO IX – Evolução das Despesas Correntes e de Capital – no período 1999-2009



2.5.1.4. REPARTIÇÃO DEPARTAMENTAL DAS DESPESAS

A utilização dos fundos da Autarquia é efectuada pelas várias unidades orgânicas, gerando orçamentos resultantes da repartição dos meios disponíveis em função dos objectivos traçados pelo executivo camarário. O principal objectivo visa a máxima rentabilização dos meios e/ou recursos em função dos resultados esperados.

O quadro n.º 15 – Mapa de controlo orçamental da despesa por classificação orgânica – evidencia os montantes das dotações corrigidas e os montantes da despesa paga tanto das despesas correntes como das despesas de capital, por classificação orgânica, bem como os coeficientes de realização associados a cada uma.

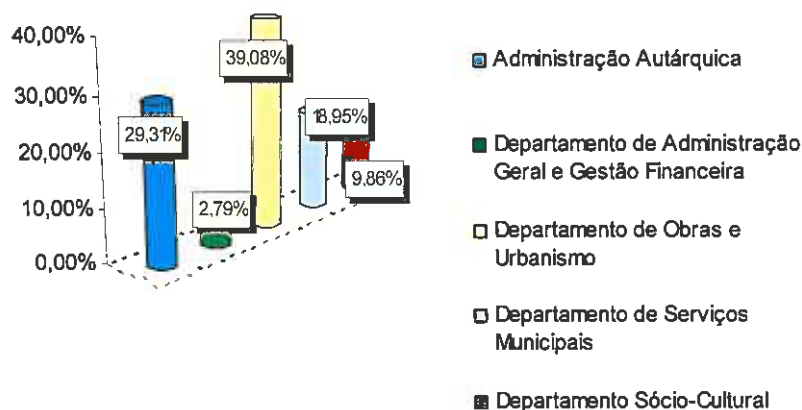
[Assinaturas manuscritas]

QUADRO 15 – Mapa de controlo orçamental da despesa por classificação orgânica em 2009

Unidades Orgânicas	Despesas Correntes			Despesas de Capital			Despesa Total		
	Dotações Corrigidas	Despesa Paga	Coef. em %	Dotações Corrigidas	Despesa Paga	Coef. em %	Dotações Corrigidas	Despesa Paga	Coef. em %
Administração Autárquica									
Assembleia Municipal	45.650 €	44.371 €	97,20	0 €	0 €	---	45.650 €	44.371 €	97,20
Câmara Municipal	5.611.900 €	5.121.667 €	91,26	4.613.800 €	3.899.949 €	84,53	10.225.700 €	9.021.616 €	88,22
Operações Financeiras	451.100 €	364.358 €	80,77	2.011.500 €	1.960.364 €	97,45	2.462.600 €	2.324.722 €	94,40
Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira									
Divisão Administrativa	506.470 €	497.460 €	98,22	22.200 €	14.937 €	67,26	528.670 €	512.396 €	96,92
Divisão Financeira	465.740 €	447.980 €	96,19	5.000 €	910 €	18,21	470.740 €	448.890 €	95,36
Divisão de Informática e Sistemas	124.060 €	121.800 €	98,18	0 €	0 €	---	124.060 €	121.800 €	98,18
Departamento de Obras e Urbanismo									
Divisão de Obras	1.095.270 €	968.515 €	88,43	17.454.300 €	12.383.921 €	70,95	18.549.570 €	13.352.436 €	71,98
Divisão de Equipamento	1.355.350 €	1.137.423 €	83,92	67.800 €	51.440 €	75,87	1.423.150 €	1.188.864 €	83,54
Divisão de Urbanismo	538.160 €	525.929 €	97,73	268.000 €	120.363 €	44,91	806.160 €	646.291 €	80,17
Departamento de Serviços Municipais									
Divisão de Saneamento Básico	2.880.670 €	2.645.946 €	91,85	657.300 €	464.636 €	70,69	3.537.970 €	3.110.581 €	87,92
Divisão de Defesa do Ambiente	2.902.190 €	2.504.860 €	86,31	177.600 €	140.506 €	79,11	3.079.790 €	2.645.366 €	85,89
Divisão Transportes e Energia	1.142.910 €	1.017.399 €	89,02	695.200 €	591.509 €	85,08	1.838.110 €	1.608.908 €	87,53
Departamento Sócio-Cultural									
Divisão Cultural e Turismo	1.738.010 €	1.594.271 €	91,73	66.500 €	57.197 €	86,01	1.804.510 €	1.651.468 €	91,52
Divisão de Educação e Desporto	2.609.820 €	2.174.244 €	83,31	21.500 €	7.012 €	32,61	2.631.320 €	2.181.256 €	82,90
TOTAL	21.467.300 €	19.166.225 €	89,28	26.060.700 €	19.692.744 €	75,55	47.528.000 €	38.858.969 €	81,76

Em síntese, no gráfico X pode observar-se a repartição das despesas totais pelas cinco grandes unidades orgânicas que integram a estrutura organizativa do Município.

GRÁFICO X – Repartição Departamental da Despesa Total em 2009



[Assinaturas e rubrica]

À **Administração Autárquica**, com um peso de 29,31% na execução da despesa, estão associados os valores inerentes aos encargos decorrentes da dívida contraída junto de instituições de crédito, as prestações referentes às amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo e as transferências de capital.

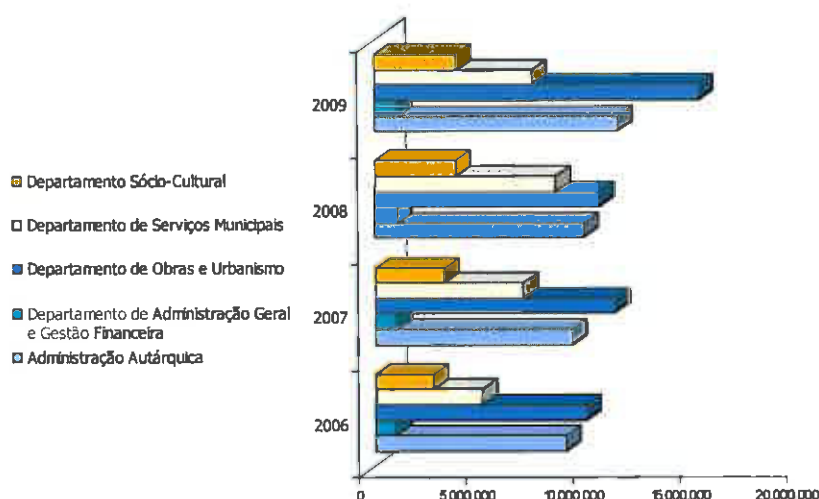
As despesas associadas ao **Departamento de Obras e Urbanismo** representam 39,08% do total. É neste departamento que está representada a maior fatia de obras públicas promovidas pela Autarquia.

Num contexto evolutivo e no período compreendido entre 2006 a 2009, observamos por norma, que a distribuição das despesas totais apresentam o mesmo perfil, com a maior fatia da despesa a ser concentrada no Departamento de Obras e Urbanismo, especificamente na Divisão de Obras.

QUADRO 16 – Mapa de controlo orçamental da despesa por classificação no período 2006/2009

Unidades Orgânicas	Ano 2006	Ano 2007	Ano 2008	2009	Coeficiente de variação (n a n-1)		
	Total da Despesa	Total da Despesa	Total da Despesa	Total da Despesa	2007-2006	2008-2007	2009-2008
Administração Autárquica							
<i>Assembleia Municipal</i>	71.294 €	56.983 €	46.966 €	44.371 €	-20,07%	-17,58%	-5,53%
<i>Câmara Municipal</i>	6.456.230 €	6.691.878 €	8.044.062 €	9.021.616 €	3,65%	20,21%	12,19%
<i>Operações Financeiras</i>	2.371.416 €	2.411.199 €	1.700.547 €	2.324.722 €	1,68%	-29,47%	36,70%
Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira							
<i>Divisão Administrativa</i>	410.717 €	468.544 €	462.313 €	512.396 €	14,08%	-1,33%	10,83%
<i>Divisão Financeira</i>	452.111 €	439.798 €	464.618 €	448.890 €	-2,72%	5,64%	-3,39%
<i>Divisão de Informática e Sistemas</i>	107.597 €	122.434 €	126.100 €	121.803 €	13,79%	2,99%	-3,41%
Departamento de Obras e Urbanismo							
<i>Divisão de Obras</i>	7.805.523 €	8.919.785 €	7.873.230 €	13.352.436 €	14,28%	-11,73%	69,59%
<i>Divisão de Equipamento</i>	1.329.880 €	1.522.836 €	1.966.151 €	1.188.864 €	14,51%	29,11%	-39,53%
<i>Divisão de Urbanismo</i>	744.124 €	775.621 €	719.177 €	646.291 €	4,23%	-7,28%	-10,13%
Departamento de Serviços Municipais							
<i>Divisão de Saneamento Básico</i>	1.562.014 €	2.582.243 €	3.021.849 €	3.110.581 €	65,31%	17,02%	2,94%
<i>Divisão de Defesa do Ambiente</i>	2.366.102 €	3.064.686 €	3.243.093 €	2.645.366 €	29,52%	5,82%	-18,43%
<i>Serviço de Transportes Urbanos</i>	1.064.138 €	1.277.207 €	2.215.103 €	1.608.908 €	20,02%	73,43%	-27,37%
Departamento Sócio-Cultural							
<i>Divisão Cultural e Turismo</i>	1.152.628 €	1.189.867 €	1.546.821 €	1.651.468 €	3,23%	30,00%	6,77%
<i>Divisão de Educação e Desporto</i>	1.553.098 €	2.043.113 €	2.251.740 €	2.181.256 €	31,55%	10,21%	-3,13%
TOTAL	27.446.875 €	31.566.194 €	33.681.771 €	38.058.969 €	15,01%	6,70%	15,37%

GRÁFICO XI – Repartição Departamental da Despesa Total no período 2006/2009



Quanto à natureza das despesas, correntes e de capital, encontra-se distribuída diferenciadamente pelos diversos departamentos. Isto porque, também estes, desempenham na estrutura da Autarquia funções diferenciadas. Seguidamente, evidencia-se essa distribuição e evolução num horizonte temporal de quatro anos.

QUADRO 17 – Mapa de controlo orçamental da despesa por classificação e natureza das despesas no período 2006/2009

Unidades Orgânicas	2006		2007		2008		2009	
	despesas correntes	despesas de capital	despesas correntes	despesas de capital	despesas correntes	despesas de capital	despesas correntes	despesas de capital
Administração Autárquica								
Assembleia Municipal	71.294 €	0 €	56.983 €	0 €	46.966 €	0 €	44.371 €	0 €
Câmara Municipal	4.254.680 €	2.201.550 €	4.202.102 €	2.469.776 €	4.880.849 €	3.163.213 €	5.121.667 €	3.899.949 €
Operações Financeiras	339.176 €	2.032.240 €	408.663 €	2.002.536 €	437.603 €	1.262.945 €	364.358 €	1.960.364 €
Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira								
Divisão Administrativa	409.507 €	1.210 €	466.554 €	1.990 €	462.313 €	0 €	497.460 €	14.937 €
Divisão Financeira	451.273 €	838 €	438.594 €	1.204 €	463.153 €	1.465 €	447.980 €	910 €
Divisão de Informática e Sistemas	107.597 €	0 €	122.434 €	0 €	126.100 €	0 €	121.803 €	0 €
Departamento de Obras e Urbanismo								
Divisão de Obras	737.405 €	7.068.118 €	755.705 €	8.164.080 €	959.774 €	6.913.455 €	968.515 €	12.383.921 €
Divisão de Equipamento	1.037.440 €	292.440 €	1.238.308 €	284.528 €	1.379.645 €	586.506 €	1.137.423 €	51.440 €
Divisão de Urbanismo	479.305 €	264.819 €	542.204 €	233.417 €	521.006 €	198.171 €	525.929 €	120.363 €
Departamento de Serviços Municipais								
Divisão de Saneamento Básico	1.230.361 €	331.653 €	2.072.655 €	509.588 €	2.790.679 €	231.170 €	2.645.946 €	464.636 €
Divisão de Defesa do Ambiente	2.054.361 €	311.741 €	2.919.899 €	144.787 €	3.062.503 €	180.590 €	2.504.860 €	140.506 €
Divisão Transportes e Energia	876.337 €	187.801 €	882.517 €	394.690 €	1.045.811 €	1.169.292 €	1.017.399 €	591.509 €
Departamento Sócio-Cultural								
Divisão Cultural e Turismo	1.147.630 €	4.998 €	1.173.783 €	16.084 €	1.520.578 €	26.243 €	1.594.271 €	57.197 €
Divisão de Educação e Desporto	1.546.305 €	6.793 €	2.035.188 €	7.925 €	2.158.370 €	93.370 €	2.174.244 €	7.012 €
TOTAL	14.743.672 €	12.704.202 €	17.315.589 €	14.250.605 €	19.855.351 €	13.826.420 €	19.166.225 €	19.692.744 €

[Assinaturas manuais]

2.6. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

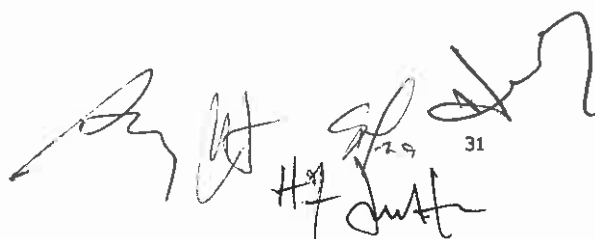
O Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos – POCAL, consta do capítulo dos Mapas de Prestação de Contas, apenso a este Relatório de Gestão. Conjuntamente com o Plano de Actividades Municipal reflectem, sob a forma de objectivos específicos, a execução das prioridades já previamente definidas com base em recursos previstos em sede de elaboração do Orçamento Municipal.

O quadro seguinte demonstra os montantes de investimento previstos e executados e o coeficiente percentual de realização para cada um dos grandes sectores estruturais, reflectindo o esforço financeiro dispendido, pelas diversas áreas de intervenção e que se concentram em três grandes objectivos: as funções gerais, funções sociais e as funções económicas.

QUADRO 18 – Resumo das Grandes Opções do Plano no ano de 2009

Descrição	Grandes Opções do Plano (GOP'S) 2009								
	Plano Plurianual de Investimentos (PPI)			Plano de Actividades Municipal (PAM)			Total GOP'S		
	Previsto	Executado	Taxa Execução	Previsto	Executado	Taxa Execução	Previsto	Executado	Taxa Execução
Funções Gerais	723.200	522.348	72,23%	10.500	0	0,00%	733.700	522.348	71,19%
Serviços gerais de administração pública	708.400	508.141	71,73%	10.500	0	0,00%	718.900	508.141	70,68%
Segurança e ordem públicas	14.800	14.207	95,99%	0	0	-	14.800	14.207	95,99%
Funções Sociais	18.753.800	12.132.380	72,42%	2.331.100	1.967.496	84,40%	21.084.700	14.099.876	73,99%
Educação	4.231.000	2.647.712	62,58%	27.200	0	0,00%	4.258.200	2.647.712	62,18%
Saúde	1.304.400	1.304.125	99,98%	0	0	0,00%	1.304.400	1.304.125	99,98%
Segurança e acção sociais	0	0	0,00%	739.300	582.799	78,83%	739.300	582.799	78,83%
Habituação e serviços colectivos	10.769.200	7.912.484	73,47%	550.100	500.498	90,98%	11.319.300	8.412.980	74,32%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	449.000	268.079	59,71%	1.014.500	884.201	87,16%	1.463.500	1.152.280	78,73%
Funções Económicas	3.896.500	2.683.058	68,88%	8.500	0	0,00%	3.878.000	2.683.058	68,71%
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	1.000	0	0,00%	1.000	0	0,00%	2.000	0	0,00%
Indústria e energia	680.600	505.750	74,31%	500	0	0,00%	681.100	505.750	74,25%
Transportes e comunicações	3.179.900	2.157.309	67,84%	1.000	0	0,00%	3.180.900	2.157.309	67,82%
Comércio e Turismo	5.000	0	0,00%	7.000	0	0,00%	12.000	0	0,00%
TOTAL	21.343.300	15.317.786	71,77%	2.351.100	1.967.496	83,68%	23.694.400	17.285.282	72,95%

Com uma taxa de execução de 72,95%, as Grandes Opções do Plano para o ano de 2009, atingem o valor absoluto de 17.285.282,06 euros, dos quais 15.317.785,92 euros referem-se ao Plano Plurianual de Investimentos e 1.967.496,14 euros ao conjunto das acções consideradas como relevantes e que cuja despesa efectuada, como base em normativos estabelecidos no POCAL, não é considerada de investimento.

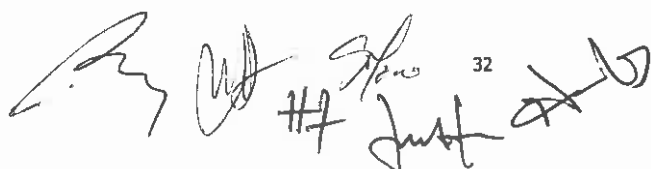


QUADRO 19 – Desagregação da execução das despesas nas Grandes Opções do Plano em 2009

Código Obj./Prog.	Designação das rubricas	Valor do Investimento	% dentro do Obj./Prog.	% em relação ao total das GOP'S
1	Funções gerais	522.348	100,00%	3,02%
1.1.0	Serviços gerais de administração pública	508.141	97,28%	2,94%
1.1.1	Administração geral	508.141	97,28%	2,94%
1.1.1.1	Edifícios	163.524	32,18%	0,95%
1.1.1.2	Material de transporte	0	0,00%	0,00%
1.1.1.3	Maquinaria e equipamento	344.617	67,82%	1,99%
1.2.0	Segurança e ordem pública	14.207	2,72%	0,08%
1.2.1	Protecção civil e luta contra Incêndios	14.207	2,72%	0,08%
1.2.1.1	Bombeiros	0	0,00%	0,00%
1.2.1.2	Segurança pública	14.207	2,72%	0,08%
2	Funções sociais	14.099.876	100,00%	81,57%
2.1.0	Educação	2.647.712	18,78%	15,32%
2.1.1	Ensino não superior	2.647.712	18,78%	15,32%
2.1.1.1	Ensino Pré-escolar	2.839	0,02%	0,02%
2.1.1.2	Ensino Básico	2.644.873	18,76%	15,30%
2.1.1.3	Educação de adultos	0	0,00%	0,00%
2.2.0	Saúde	1.304.125	9,25%	7,54%
2.2.1	Serviços Individuais de saúde	1.304.125	9,25%	7,54%
2.3.0	Segurança e acção sociais	582.799	4,13%	3,37%
2.3.2	Acção social	582.799	4,13%	3,37%
2.4.0	Habituação e serviços colectivos	8.412.960	59,67%	48,67%
2.4.1	Habituação	1.515.955	4,58%	8,77%
2.4.2	Ordenamento do Território	5.455.540	38,69%	31,56%
2.4.2.1	Planeamento Urbanístico	119.799	0,85%	0,69%
2.4.2.2	Urbanização	5.335.740	37,84%	30,87%
2.4.3	Saneamento	153.992	1,09%	0,89%
2.4.4	Abastecimento de água	404.387	2,87%	2,34%
2.4.5	Resíduos sólidos	0	0,00%	0,00%
2.4.6	Protecção do meio amb. e conserv. da natureza	883.086	6,26%	5,11%
2.4.6.1	Higiene pública	131.123	0,93%	0,76%
2.4.6.2	Cemitérios	52.041	0,37%	0,30%
2.4.6.3	Meio Ambiente	699.922	4,96%	4,05%
2.5.0	Serviços culturais, recreativos e religiosos	1.152.280	8,17%	6,67%
2.5.1	Cultura	597.189	4,24%	3,45%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	555.091	3,94%	3,21%
3	Funções económicas	2.663.058	100,00%	15,41%
3.1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0	0,00%	0,00%
3.2.0	Indústria e energia	505.750	18,99%	2,93%
3.2.1	Iluminação pública	154.584	5,80%	0,89%
3.2.2	Energia	82.405	3,09%	0,48%
3.2.3	Estabelecimentos Industriais	268.760	10,09%	1,55%
3.3.0	Transportes e Comunicações	2.157.309	81,01%	12,48%
3.3.1	Transportes rodoviários	1.815.926	68,19%	10,51%
3.3.1.1	Rede viária e sinalização	1.815.926	68,19%	10,51%
3.3.1.2	Estacionamento	0	0,00%	0,00%
3.3.2	Transportes aéreos	341.383	12,82%	1,97%
3.4.0	Comércio e turismo	0	0,00%	0,00%
3.4.1	Mercados e feiras	0	0,00%	0,00%
3.4.2	Turismo	0	0,00%	0,00%
TOTAL		17.285.282	100,00%	100,00%

O quadro anterior apresenta a execução das Grandes Opções do Plano (PPI+PAM) por funções. Neste âmbito, podemos salientar alguns objectivos, num contexto de volume dos montantes envolvidos:

Para um montante executado no valor de 17.285.282 euros, as **Funções Sociais** são as que absorvem a maior fatia de investimento com um valor nominal de 14.099.876 euros, representando 81,57% das GOP'S. Nestas funções a Habitação e Serviços Colectivos registam 8.412.960 euros;

 32

As **Funções Económicas** representam 15,41% do investimento, com um valor executado de 2.663.058 euros, sendo que a área dos transportes e comunicações é a que absorve uma maior fatia destes investimentos, apresentando um valor de 2.157.309 euros;

As **Funções Gerais**, que representam 3,02% das despesas, apresentam um valor de 522.348 euros, sendo consumidas estas verbas na sua maior parte pelos serviços gerais da administração pública.

Da leitura dos valores desagregados destacam-se três grandes áreas de investimento realizado por ordem decrescente:

✓ **Habitação e serviços colectivos (48,67%)**, destacando-se intervenções no âmbito do Ordenamento do Território (31,56%), Habitação (8,77%);

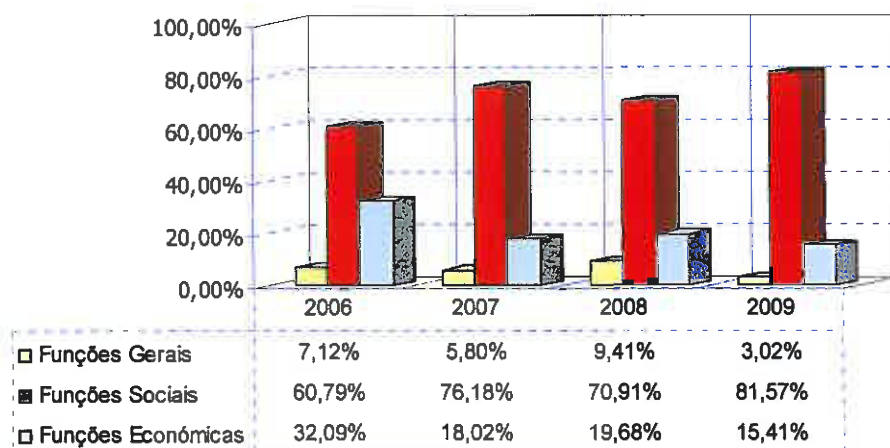
✓ **Educação (15,32%)**, com intervenções na área do ensino básico (10,46%);

✓ **Transportes e comunicações (12,48%)**, através de investimento em Transportes Aéreos (1,97%) e Transportes Rodoviários (10,51%).

✓ **Serviços culturais, recreativos e religiosos (6,67%)**, com intervenções na área da Cultura (3,45%) e Desporto, Recreio e Lazer (3,21%);

No que concerne à evolução das despesas pelas grandes funções, o gráfico seguinte permite a sua comparação no período 2006-2009.

GRÁFICO XII – Repartição das despesas do Plano Plurianual de Investimentos no período 2006/2009



[Assinaturas manuscritas]

2.7. RÁCIOS

De seguida apresentam-se um conjunto de Rácios, reportando-se a uma análise comparativa nos últimos cinco anos, e que podem sustentar parte das análises apresentadas neste relatório de gestão.

QUADRO 20 – Rácios de Estrutura e Financeiros

<i>Rácios de Estrutura da Receita (%)</i>	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Rácios							
Imp. Directos / Rec. Correntes	17,2%	22,0%	23,6%	21,8%	22,2%	20,4%	19,3%
Venda de Bens e Serv. / Rec. Correntes	21,4%	19,8%	18,6%	18,8%	19,5%	20,2%	21,9%
Rec. Correntes / Rec. Totais	44,7%	65,9%	64,1%	72,9%	70,3%	68,3%	67,8%
Rec. de Capital / Rec. Totais	55,3%	34,0%	35,8%	27,1%	29,6%	31,7%	47,6%
Rácios de Estrutura da Despesa (%)							
Rácios							
Pessoal / Desp. Correntes	48,8%	43,6%	40,6%	44,4%	37,6%	33,9%	35,9%
Aquisição de Bens e Serv. / Desp. Correntes	38,8%	40,4%	46,0%	44,4%	52,8%	57,2%	54,3%
Investimentos / Desp. de Capital	95,6%	90,3%	89,9%	87,5%	89,2%	92,1%	91,7%
Passivos Financeiros / Desp. de Capital	3,0%	5,0%	5,0%	5,8%	4,9%	3,3%	4,2%
Desp. Correntes / Desp. Totais	31,3%	48,4%	50,5%	53,7%	54,9%	58,9%	49,3%
Desp. de Capital / Desp. Totais	68,7%	51,6%	49,5%	46,3%	45,1%	41,1%	50,7%
Rácios Financeiros (%)							
Rácios							
Pessoal / Rec. Correntes	34,1%	32,0%	32,1%	32,5%	29,6%	29,3%	30,2%
FGM+FCM+FEM / Desp. Totais	34,1%	45,6%	43,7%	49,1%	42,6%	42,0%	0,0%
Amortiz.+Juros / Desp. Correntes	12,3%	12,6%	11,9%	13,1%	11,3%	7,5%	10,6%
Rec. Correntes / Desp. Correntes	143,1%	136,1%	126,2%	136,9%	126,9%	115,7%	119,0%
Rec. de Capital / Desp. de Capital	80,8%	66,0%	71,9%	59,1%	64,9%	77,3%	81,4%

De modo a completar a análise efectuada, o quadro n.º 21 que a seguir se apresenta, revela a evolução no período 2004-2009 de alguns indicadores de actividade e de estrutura:

QUADRO 21 – Indicadores Financeiros e de Estrutura

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Financiamentos						
Recursos Fiscais						
Imp.Directos+Impostos Indir.+Taxas, Multas e Outras Penalid.	5.713.364 €	5.982.282 €	5.717.399 €	6.199.769 €	5.939.808 €	5.702.458 €
Recursos Próprios de Funcionamento						
Recursos Totais Transf. + Capital-Passivos Financeiros	19.476.218 €	19.632.670 €	20.205.740 €	22.356.116 €	23.453.852 €	23.230.155 €
Autonomia Financeira						
Recursos Próprios Funcionamento-Despesas Obrigatórias Correntes	5.456.057 €	4.093.192 €	5.463.068 €	5.040.528 €	3.598.501 €	4.063.929 €
Saúde Financeira						
Autonomia Financeira/Recursos Próprios de Funcionamento	28%	21%	27%	23%	15%	17%
Estrutura						
Poupança						
Corrente (Recursos Correntes/ Despesas Correntes)	1,36	1,26	1,37	1,27	1,16	1,19
Aplicações da Receita Corrente em Despesa de Capital						
Recursos Correntes Despesas Correntes	5.065.578 €	4.077.260 €	5.446.494 €	4.649.354 €	3.119.105 €	3.637.505 €
% Custos com Pessoal sobre Despesas Correntes						
Despesas c/ Pessoal / Desp. Correntes	43,6%	40,6%	44,4%	37,6%	33,9%	35,9%
% Custos com Pessoal sobre Despesas Totais						
Despesas c/ Pessoal / Desp. Totais	21,1%	20,5%	23,9%	20,6%	20,0%	17,7%



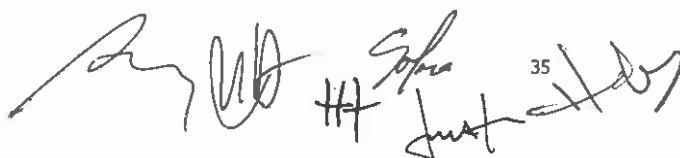
Em síntese, podemos extrair a seguinte informação:

Em trâmites financeiros:

- ☐ Verificou-se em 2009 uma quebra das receitas fiscais, em virtude da diminuição da cobrança dos impostos, tanto directos como indirectos;
- ☐ as receitas próprias de funcionamento, diminuídas em 2009 no valor aproximado de 224.000,00 euros, evidenciaram a diminuição das receitas correntes, bem como a quebra na venda de bens de investimento;
- ☐ a diminuição das despesas obrigatórias correntes, tem reflexo directo na autonomia e saúde financeira do município.

Nos trâmites da estrutura ou actividade:

- ☐ um aumento da poupança corrente originada pela diminuição das despesas, originando a aplicação deste tipo de poupança em despesas de capital;
- ☐ em 2009 o encargo dos custos com o pessoal relativamente às despesas correntes apresentou um acréscimo de 2%, motivado pela rigidez tanto das despesas com pessoal, como pela diminuição das despesas correntes, despesas consideradas no cálculo deste rácio.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, initials 'HH' in the center, and a signature on the right with the number '35' written above it.

3. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

3.1. EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS (Base Orçamental)

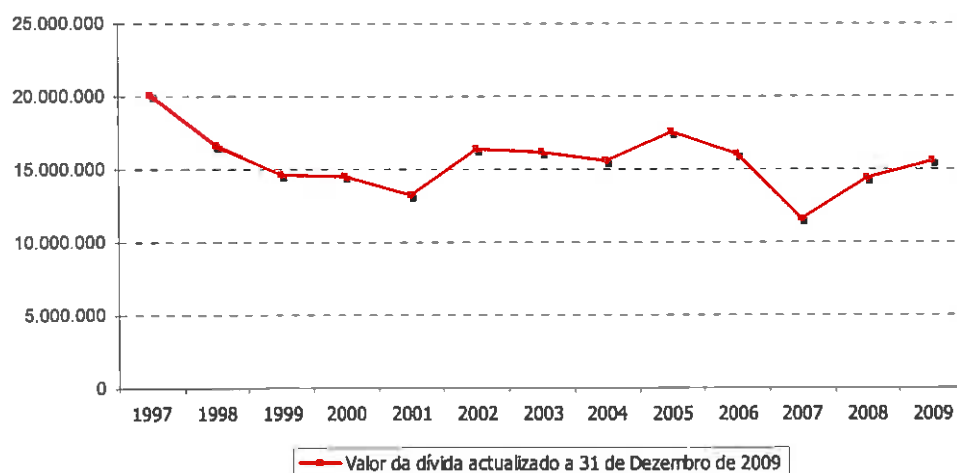
A análise realizada, na perspectiva da dívida, durante os anos precedentes à entrada em vigor do POCAL, à excepção dos empréstimos contraídos junto de instituições financeiras, era efectuada no âmbito do curto prazo (fornecedores de bens e serviços e de imobilizado conta-corrente). Assim, para efectuarmos um estudo evolutivo, foi utilizado desde o ano de 2002 (entrada em vigor do novo sistema contabilístico) o mesmo critério, pelo que as conclusões serão necessariamente diferentes da análise patrimonial, que se apresenta no ponto seguinte.

Apresentamos, de seguida, um quadro que traduz a evolução - na última década - dos cenários previsíveis e reais se a dívida existente em 31 de Dezembro de cada ano fosse actualizada à data de 31 de Dezembro de 2009. Considerando o valor do IPC em 2009, não se justifica no exercício em análise a respectiva actualização.

QUADRO 22 – Evolução da dívida do Município no período 1998 a 2009

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Valor da dívida a 31 de Dezembro (Conta de Gestão)	12.430.961	11.260.791	11.458.859	10.912.845	13.637.402	14.258.667	14.063.578	16.190.663	15.259.444	11.343.637	14.431.319	15.597.187
Valor da dívida actualizado a 31 de Dezembro de 2009	16.605.875	14.704.502	14.541.441	13.264.887	16.416.660	16.195.129	15.599.165	17.554.745	16.047.594	11.638.572	14.431.319	15.597.187
Valor percentual da taxa de actualização (fonte: INE)	2,80%	2,30%	2,90%	4,40%	3,60%	3,30%	2,40%	2,30%	3,10%	2,50%	2,60%	-0,10%

GRÁFICO XIII – Evolução da Dívida



3.2. DÍVIDA TOTAL

QUADRO 23 - Estrutura e evolução da Dívida a Terceiros no período 2004-2009

Anos	Dívidas a Médio e Longo prazos <i>Empréstimos de M/L prazos e Fornecedores de Imobilizado c/c</i>	Dívidas a Curto prazo <i>Empréstimos de CP, Fornecedores, EOEP, O. Credores e Credores de Cauções</i>	TOTAL	Var. %
2004	12.531.909 €	3.231.034 €	15.762.942 €	—
2005	12.537.232 €	5.343.365 €	17.880.597 €	13,43%
2006	11.304.907 €	6.027.209 €	17.332.116 €	-3,07%
2007	9.678.702 €	3.785.881 €	13.464.583 €	-22,31%
2008	9.784.097 €	6.496.594 €	16.280.691 €	20,91%
2009	10.328.189 €	7.532.618 €	17.860.807 €	9,71%

A componente de **dívidas a terceiros** reflecte no ano de 2009, na sua componente de médio e longo prazo, um aumento relativamente ao ano anterior de 5,27%. Estão incluídas neste agregado a dívida às instituições bancárias no valor de 9.312.462,93 euros e as dívidas a fornecedores de imobilizado exigíveis a mais de um ano, no valor de 658.790,61 euros. Estas últimas, referem-se nomeadamente à permuta de edifícios adquiridos à Direcção-Geral do Património, e o edifício adquirido ao Banco de Portugal para instalação do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais.

Também no curto prazo ocorre um aumento do endividamento, sendo as componentes mais importantes: Instituições financeiras (assunção do empréstimo de curto prazo da Sociedade Polis), conta corrente de fornecedores e imobilizado (aquisição de terrenos), e aumento de outros credores com cauções.

No cômputo geral a dívida total do município aumentou relativamente ao ano de 2008, 9,71%, em valores nominais esse montante ascende a 1.580.116,42 euros.

3.3. ESTRUTURA DA DÍVIDA DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

QUADRO 24 – Estrutura e evolução da Dívida a Terceiros no período 2006-2009

	2006	2007	2008	2009
Dívidas a terceiros				
Médio e Longo prazos	11.304.907,15	9.678.701,67	9.784.095,97	10.328.189,32
Instituições Financeiras	10.320.940,05	8.779.674,20	9.312.462,93	9.669.398,71
Fornecedores de Imobilizado c/c	983.967,11	899.027,47	471.634,04	658.790,61
Curto prazo	6.027.209,17	3.785.881,44	6.496.593,63	7.532.617,70
Instituições Financeiras	0,00	0,00	482.300,00	415.945,64
Fornecedores c/c	1.006.594,93	584.816,13	738.932,08	1.186.113,27
Fornecedores - facturas em rep/conferência	0,00	0,00	0,00	1.778.219,06
Fornecedores de Imobilizado c/c	3.931.908,91	1.970.146,90	3.897.623,69	2.547.509,88
Estado e outros entes públicos	100.974,81	114.885,24	121.987,27	170.072,80
Administração Autárquica	26.000,00	0,00	0,00	0,00
Outros credores	54.935,91	60.531,19	47.383,38	101.262,63
Credores de Cauções	906.794,61	1.055.501,98	1.208.367,21	1.333.494,42
TOTAL	17.332.116,33	13.464.583,11	16.280.690,60	17.860.807,02

[Assinaturas manuais]

QUADRO 25 – Resumo da estrutura e evolução da Dívida a Terceiros no período 2006-2009

	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
<i>Dívida a Terceiros</i>								
Médio e Longo prazos	11.304.907	9.678.702	9.784.097	10.328.189	65,23%	71,88%	60,10%	57,83%
Instituições Financeiras	10.320.940	8.779.674	8.312.463	9.689.399	59,55%	65,21%	57,20%	54,14%
Fornecedores de Imobilizado c/c	983.967	899.027	471.634	638.791	5,68%	6,68%	2,90%	3,69%
Curto prazo	6.027.209	3.785.881	6.496.594	7.532.618	34,77%	28,12%	39,90%	42,17%
Instituições Financeiras	0	0	482.300	415.946				2,33%
Fornecedores, EOE, Outros Credores	5.120.415	2.730.379	4.805.926	5.783.178	29,54%	20,28%	29,52%	32,38%
Credores de Cauções	906.795	1.055.502	1.208.367	1.333.494	5,23%	7,84%	7,42%	7,47%
TOTAL	17.332.116	13.464.583	16.280.691	17.860.807	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Salienta-se que, relativamente às dívidas a curto prazo - credores de cauções, as quais constituem importâncias retidas de e para terceiros, são fundos alheios à autarquia, encontrando-se depositadas em contas específicas de disponibilidades e possíveis de utilização – para restituições das cauções - em qualquer momento.

3.4. LIMITES AO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

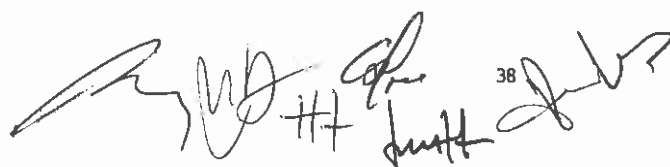
Os limites ao endividamento municipal para o ano de 2009 foram calculados de acordo com o disposto na Lei N.º 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais e demais legislação aplicável, apresentando os seguintes montantes:

Limites ao endividamento municipal para 2009

Ano de 2009	valor (euros)
Limite ao endividamento de curto prazo	1.889.833,41
Limite ao endividamento de médio e longo prazos	18.898.334,13
Limite ao endividamento líquido	23.622.917,66

Estes limites reportam-se exclusivamente ao endividamento do Município, estando excluídas as situações que possam, nos termos da Lei, contribuir para o mesmo.

Segundo o artigo 36.º da NLFL e passamos a citar "O montante de endividamento líquido municipal, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu das Contas Nacionais e Regionais (SEC95), é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros."

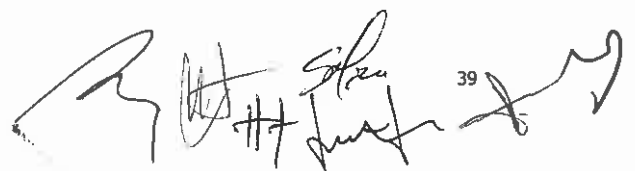


Cálculo do endividamento municipal para 2009

	Designação	Montante (€)	Observação
(1)	TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	415.945,54	Saldo credor conta 2311 - Empréstimos de curto prazo
(2)	CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	8.869.368,71	Saldo credor conta 2312 Empréstimos de médio e longo prazos
(3)	TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	8.811.769,41	O endividamento líquido corresponde à diferença entre passivos e activos financeiros. Para efeitos deste apuramento não se consideram as contas 2745, 2749 e 414
(4)	CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	2.728.827,26	Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento municipal nos termos do n.º 6 do art.º 39 e das alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 61.º da LFL
(5)	CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	6.940.571,45	Capital em dívida de médio e longo prazos, excluindo montantes legalmente excepcionados (5) = (2) - (4)
(6)	ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	6.082.962,15	Endividamento líquido, excluindo montantes legalmente excepcionados (6) = (3) - (4)

Face aos limites calculados, podemos concluir que relativamente à **dívida a médio e longo prazos** (empréstimos) cujo limite é de 18.898.334,13 euros, valor equivalente ao total das receitas arrecadas em 2008 por conta dos impostos municipais e fundos municipais previstos no OE/2009 apresenta-se em 31/12/2009 um capital em dívida, já excluído dos montantes legalmente excepcionados de 6.940.571,45 euros o que corresponde a 36,73% do limite legal.

Quanto à dívida no cômputo do **endividamento líquido**, calculado com base em 125% das receitas utilizadas para cálculo do limite anterior, similarmemente expurgada dos montantes legalmente excepcionados, atinge o valor de 6.082.962,15 euros, muito aquém do limite estabelecido de 23.622.917,66 euros e equivalente a 25,75% do limite indicado.



39

4. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A apreciação feita seguidamente tem como suporte o Balanço e Demonstração de Resultados, documentos contabilísticos de base. O primeiro mapa, abrange os elementos acumulados até à data, sendo um documento estático, evidencia a posição financeira e patrimonial da autarquia onde constam os seus bens, direitos e dívidas a pagar, permitindo assim uma análise precisa da composição qualitativa do património que representa. A Demonstração de Resultados apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) servindo para avaliar a aplicação dos recursos utilizados em determinado período, permitindo apurar o resultado líquido do exercício, bem como a análise da composição dos seus diferentes resultados.

De acordo com o disposto na alínea b) do ponto 13 – Relatório de Gestão, do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), serve o presente capítulo para evidenciar uma análise síntese da situação económico-financeira da Autarquia.

Convém ainda referir que se torna ainda pertinente e imprescindível termos em consideração as especificidades da Administração Local, que a tornam distinta do sector empresarial e que ao não serem ponderadas podem desvirtuar a medição da qualidade da sua gestão e dos seus resultados, pelo que, as conclusões feitas relativamente à sua gestão, deverão ter em conta que a sua missão será sempre a satisfação das necessidades colectivas, e não a obtenção de lucro.

4.1. ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO

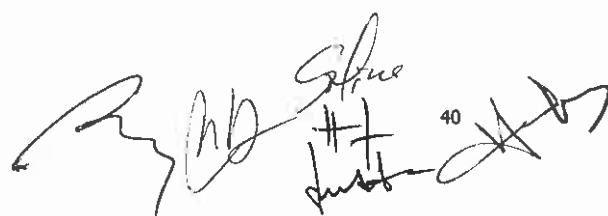
O Balanço encontra-se organizado de forma a permitir o seu equilíbrio, Activo = Fundos Próprios + Passivo. Estes grandes grupos expressam a situação patrimonial da Autarquia à data de 31 de Dezembro de 2009.

O Activo, que inclui o conjunto de bens e direitos da autarquia, assim como os acréscimos e diferimentos, está agrupado de acordo com o critério da liquidez crescente, ou da disponibilidade, pelo que reflecte, na referida ordem, o valor do imobilizado, das existências, das dívidas de terceiros (curto, médio e longo prazos), das disponibilidades e dos acréscimos e diferimentos (acréscimos de proveitos e custos diferidos).

Os Fundos próprios, figuram no Balanço de acordo com o critério cronológico, expressam o valor do património do Município, das reservas constituídas, e dos resultados (transitados e líquidos).

O Passivo, conjunto de obrigações da autarquia, reconhece o valor das provisões constituídas para fazer face a riscos e encargos, das dívidas para com terceiros (curto, médio e longo prazos) e os acréscimos e diferimentos (acréscimos de custos e proveitos diferidos).

Com o objectivo de analisar a situação financeira da autarquia, apresentam-se seguidamente os Balanços relativos ao exercício de 2008 e 2009, que deve ser complementada com as informações disponibilizadas nos anexos às demonstrações financeiras.



40

QUADRO 26 – Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia: Balanço Sintético

	2008		2009		variação	
	Valor	estrutura	Valor	estrutura	Valor	%
ACTIVO						
Activo Fixo						
Bens de domínio Público	92.441.484,73	56,81%	97.787.157,45	55,72%	5.345.672,72	5,78%
Imobilizações Incorpóreas	353.958,81	0,22%	287.902,50	0,16%	-66.056,31	-18,66%
Imobilizações corpóreas	59.029.677,95	36,27%	66.148.075,14	37,69%	7.118.397,19	12,06%
Investimentos financeiros	5.011.184,12	3,08%	5.346.184,12	3,05%	335.000,00	6,69%
Total (Activo Fixo)	156.836.305,61	96,38%	169.569.319,21	96,62%	12.733.013,60	8,12%
Activo Circulante						
Existências	432.001,59	0,27%	322.425,14	0,18%	-109.576,45	-25,36%
Dívidas de Terceiros	3.573.359,13	2,20%	2.805.208,53	1,60%	-768.150,60	-21,50%
Depósitos em Instituições financeiras e caixa	1.286.850,65	0,79%	1.480.837,04	0,84%	193.986,39	15,07%
Total (Activo Circulante)	5.292.211,37	3,25%	4.608.470,71	2,63%	-683.740,66	-12,92%
Acréscimos e Diferimentos:						
Acréscimos de proveitos	562.944,58	0,35%	1.275.264,87	0,73%	712.320,29	126,53%
Custos diferidos	41.872,55	0,03%	49.575,59	0,03%	7.703,04	18,40%
TOTAL (ACTIVO)	162.733.334,11	100,00%	175.502.630,38	100,00%	12.769.296,27	7,85%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO						
Fundos Próprios						
Património	83.517.908,62	51,32%	89.002.663,64	50,71%	5.484.755,02	6,57%
Reservas legais	1.796.428,14	1,10%	1.863.210,98	1,06%	66.782,84	3,72%
Doações	11.170.592,95	6,86%	12.114.880,45	6,90%	944.287,50	8,45%
Resultados Transitados	12.924.719,54	7,94%	11.766.997,57	6,70%	-1.157.721,97	-8,96%
Resultados Líquido do Exercício	1.335.656,85	0,82%	669.171,49	0,38%	-666.485,36	-49,90%
Total (Fundos Próprios)	110.745.306,10	68,05%	115.416.924,13	65,76%	4.671.618,03	4,22%
Passivo						
Provisões para Riscos e Encargos	7.945.749,58	4,88%	8.291.220,22	4,72%	345.470,64	4,35%
Dívida a Terceiros - M/L prazos	9.784.096,97	6,01%	10.328.189,32	5,88%	544.092,35	5,56%
Dívida a Terceiros - Curto prazo	6.496.593,63	3,99%	7.532.617,70	4,29%	1.036.024,07	15,95%
Acréscimos e Diferimentos						
Acréscimos de Custos	1.714.290,12	1,05%	1.220.258,22	0,70%	-494.031,90	-28,82%
Proveitos Diferidos	26.047.297,71	16,01%	32.713.420,79	18,64%	6.666.123,08	25,59%
TOTAL (Passivo)	51.988.028,01	31,95%	60.085.706,25	34,24%	8.097.678,24	15,58%
TOTAL (FUNDOS PRÓPRIOS+PASSIVO)	162.733.334,11	100,00%	175.502.630,38	100,00%	12.769.296,27	7,85%

A evolução patrimonial no período permite-nos concluir que o Balanço da autarquia sofre um incremento global em valor absoluto de 12.769.296,27 euros, ou seja, 7,85% repartida pelas seguintes rubricas:

ACTIVO FIXO – Representando 96,62% do activo líquido, apresenta um crescimento em valores absolutos de 12.733.013,60 euros. A rubrica com crescimento mais acentuado foi a de *imobilizações Corpóreas Público* (que representam 37,69%) com 7.118.397,19 euros, o que contribuiu maioritariamente para que o activo fixo apresentasse um crescimento de 7,85% relativamente ao ano anterior. Pela análise da estrutura deste agregado concluímos que a sua principal componente são os *Bens de Domínio Público* e as *Imobilizações corpóreas* com 55,72 e 37,69%, respectivamente.

ACTIVO CIRCULANTE – apresenta uma redução de 683.740,66 euros, ou seja 12,12% em relação ao ano anterior. Visto que as *Existências* representam um valor insignificante na estrutura do Balanço, são as *Dívidas de Terceiros* com uma diminuição de 768.150,60 euros e o aumento das *Disponibilidades* no valor

41

de 193.986,39 euros que contribuíram para esta variação. As dívidas de terceiros, na componente de outros devedores, são derivadas da comparticipação de projectos ao investimento, com despesa paga pela autarquia e o respectivo pedido de reembolso.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS – provenientes da aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios, compreendem os *acréscimos de proveitos* com um aumento de 712.320,29 euros relativamente ao ano anterior e os *custos diferidos* também com a mesma tendência apresentando uma variação de 7.703,04 euros. A rubrica de *acréscimos de proveitos* é constituída por proveitos de 2009 cujo recebimento só se concretiza em 2010, sendo as mais significativas os impostos, venda de electricidade e água. Aos *custos diferidos* estão normalmente associados os encargos pela cobrança de receitas, nomeadamente aquando da contabilização dos impostos como acréscimos de proveitos.

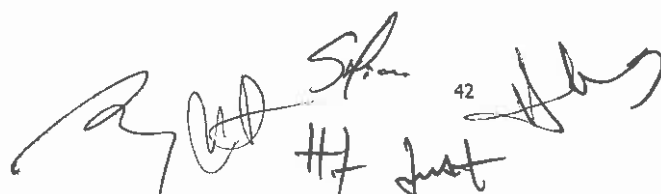
FUNDOS PRÓPRIOS – Os Fundos próprios registaram um acréscimo de 4,22%, ou seja 4.671.618,03 euros. Da sua variada composição, apresenta maior relevância o incremento do Património que contribuiu positivamente com 5.484.755,02 euros. O Resultado Líquido do Exercício de 2009 que relativamente ao ano de 2008 apresentou um decréscimo de 666.485,36, embora contribuindo positivamente no exercício para a formação dos capitais próprios, não participa neste aumento.

Os Resultados Transitados apresentam uma diminuição de 1.157.721,97 euros, oriunda na sua quase totalidade pela regularização à rubrica de amortizações;

PASSIVO – Tendo sofrido um aumento de 15,58%, deverá ser analisado segundo as vertentes das provisões, dívidas a terceiros e acréscimos e diferimentos:

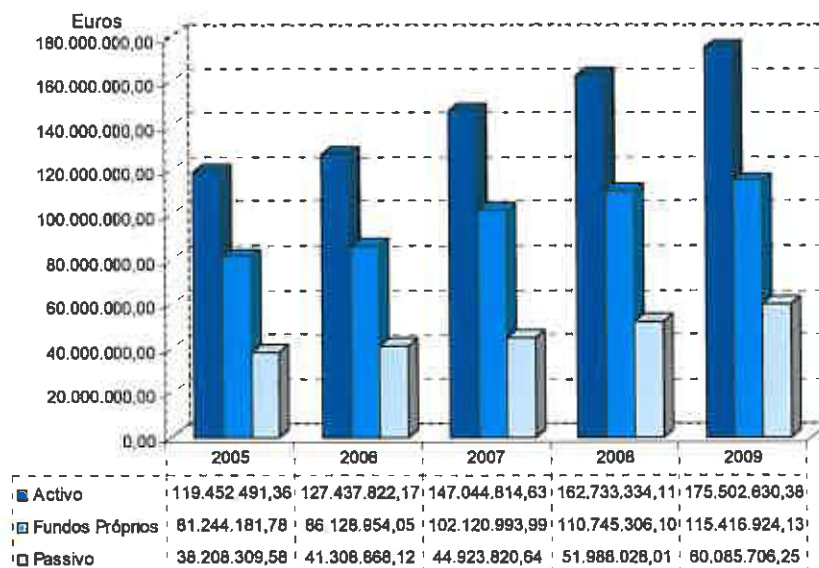
- ✓ tendo em especial atenção o princípio da prudência no ano de 2009 foram constituídas provisões para riscos e encargos no valor de 345.470,64 euros;
- ✓ no que concerne ao passivo exigível, que comporta a dívida a terceiros de ML e Curto Prazo, apresentam relativamente a 2008 um aumento de 1.586.116,42 euros. Importa neste ponto ressaltar que foram iniciados em 2009 procedimentos de registo da facturação que se encontra em recepção e conferência originando, no exercício e em cumprimento do princípio da especialização, dívidas no valor de 1.778.219,06, se tal facto, não tivesse sido implementado, a dívida comparativamente ao ano anterior teria sido diminuída;
- ✓ relativamente aos acréscimos e diferimentos, nomeadamente ao nível dos proveitos diferidos que em valores absolutos aumentaram 6.666.123,08 euros, representam 18,64% dos fundos próprios e passivo.

Numa perspectiva evolutiva, o gráfico seguinte reflecte o montante global do Balanço no período 2006-2009.



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature, the name 'S. Pina', and the number '42'.

GRÁFICO XIV – Evolução do Balanço no período 2006-2009

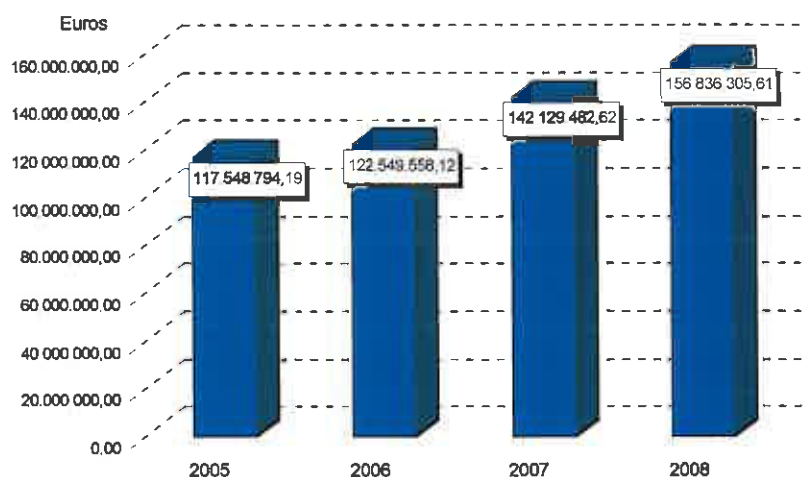


4.1.1. ESTRUTURA DO ACTIVO

A variação que maior peso tem sobre a estrutura do activo, em termos absolutos, é o imobilizado (com um crescimento bruto de 19.565.739,32 euros e um crescimento líquido de 12.733.013,60 euros. Disto nos é dado conta nos Anexos às Demonstrações Financeiras – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados (ponto 8.2.7 do POCAL).

Considerando o papel fundamental que o activo fixo, ou imobilizado, representa na composição do activo, apresenta-se no gráfico seguinte a sua evolução no período de 2006 a 2009.

GRÁFICO XV – Evolução do Activo Fixo no período 2006-2009



Os Gráficos seguintes espelham a composição do Activo nos anos de 2008 e 2009.

[Assinaturas manuais]

GRÁFICO XVI – Estrutura do Activo 2008

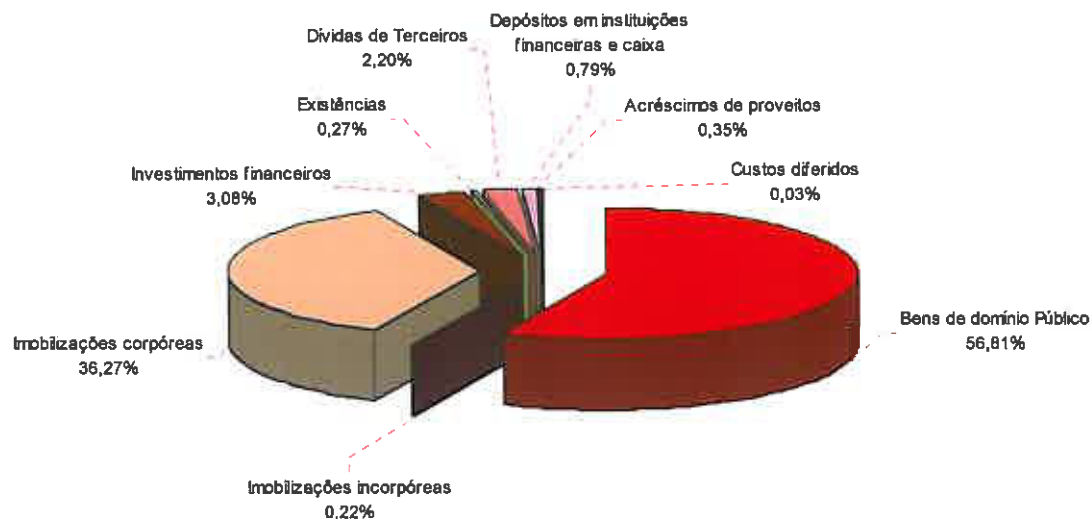
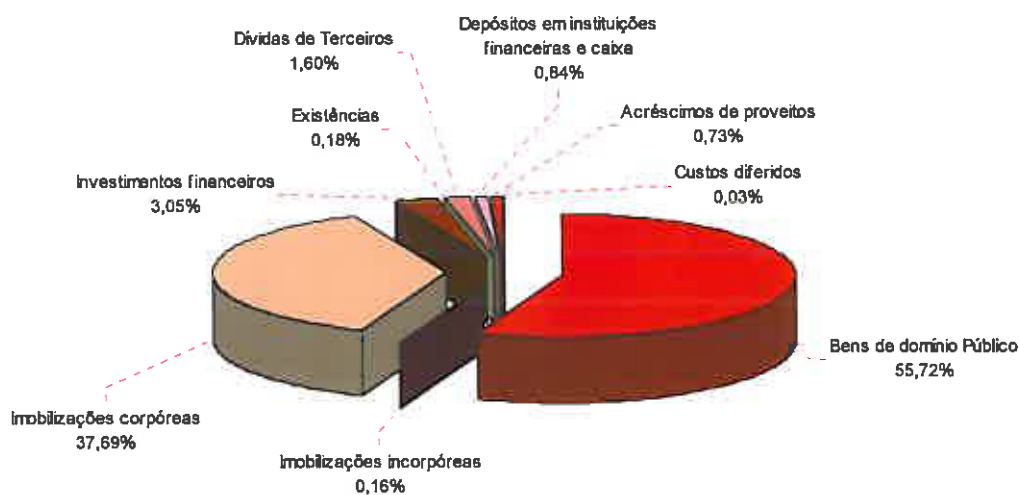


GRÁFICO XVII – Estrutura do Activo 2009

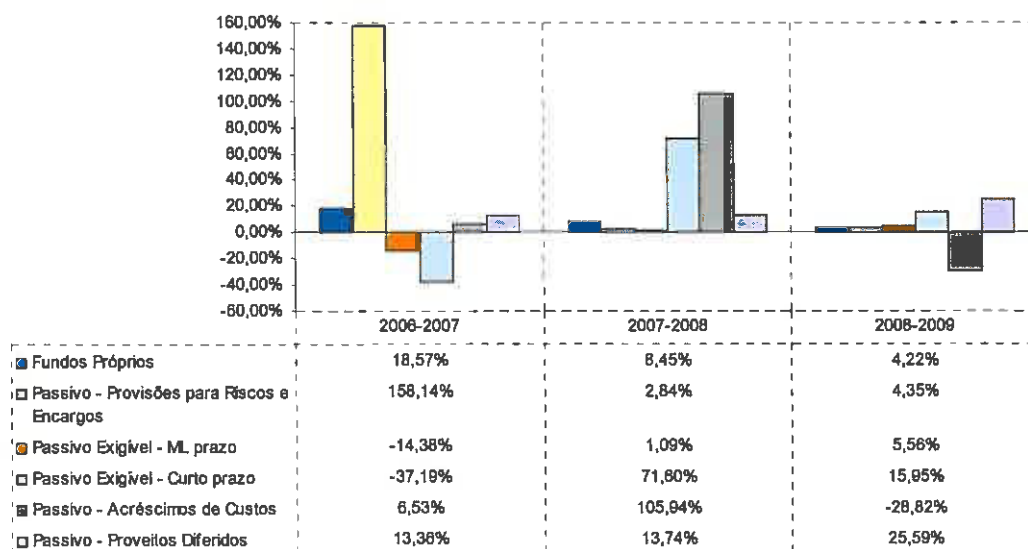


4.1.2. ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO

Seguidamente apresenta-se a evolução dos fundos próprios e decomposição do passivo no período 2006 a 2009. Considerando que o passivo ao incluir as rubricas de “acréscimos de custos”, “proveitos diferidos” e “provisões para riscos e encargos” pode originar análises financeiras distorcidas, apresenta-se o passivo desagregado, para que possa ser evidenciado o passivo exigível (dívidas de curto/médio e longo prazos).

44

GRÁFICO XVIII – Evolução da Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo *no período 2006-2009*



Os gráficos que a seguir se apresentam, mostram a estrutura do Passivo e dos Fundos Próprios, em 2008 e 2009.

GRÁFICO XIX – Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo 2008

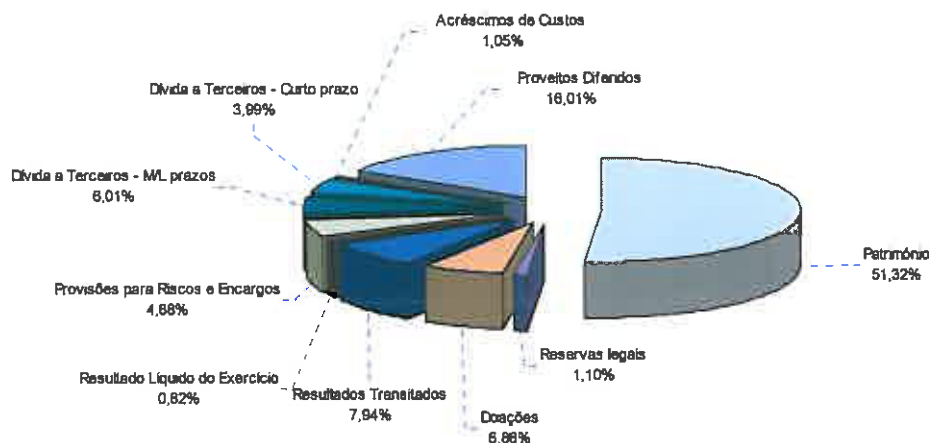
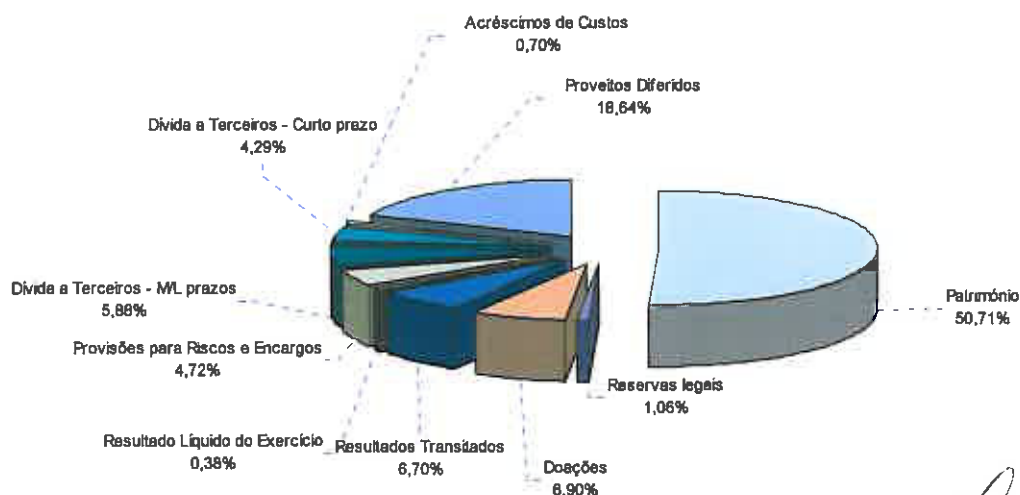


GRÁFICO XX – Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo 2009



45

#7 Just

A explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial situam-se no ponto 8.2.28 das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados. Nestas notas, nos seus diferentes pontos, também se encontra com maior detalhe a composição dos Fundos Próprios e Passivo.

4.1.3. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

As contas de Acréscimos e Diferimentos, ao nível do Activo e ao nível do Passivo, apresentam, para o ano de 2008, na sua constituição a seguinte estrutura:

QUADRO 27 – Composição dos Acréscimos e Diferimentos em 2009

<i>Acréscimos e Diferimentos</i>		<i>2009</i>
<i>ACTIVO</i>		
Acréscimos de proveitos		1.275.265 €
Custos Diferidos		49.576 €
	TOTAL	1.324.840 €
<i>PASSIVO</i>		
Acréscimos de custos		1.220.258 €
Proveitos Diferidos		32.713.421 €
	TOTAL	33.933.679 €

Ao nível do Activo os acréscimos e diferimentos resultam da identificação das dívidas de terceiros à data de 31 de Dezembro de 2009 originando 1.275.264,87 euros de acréscimos de proveitos e 49.575,59 euros de custos que devem ser reconhecidos para exercício de 2010.

Do lado do Passivo os acréscimos e diferimentos resultam da incorporação de custos do exercício a liquidar em exercícios futuros (acréscimos de custos), no valor de 1.220.258,22 euros, obedecendo ao princípio da especialização dos exercícios. De referir que deste total, 824.578,51 euros são imputados a remunerações a pagar, promovendo assim a imputação ao exercício de 2009, de despesas com o pessoal que só serão pagas no ano de 2010.

Os proveitos diferidos apresentam à data de 31 de Dezembro de 2009, o saldo de 32.713.420,79 euros referentes a subsídios ao investimento que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes. Esta rubrica representa os subsídios/transferências que o Município teve direito, até a data (valor acumulado) nos termos da lei ou de contratos-programa e que se encontram associados a activos amortizáveis.



4.1.4. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados evidencia a formação dos resultados num determinado período. A Câmara Municipal de Bragança apresenta, à data de 31 de Dezembro de 2009, um Resultado Líquido do Exercício positivo, no valor de 669.171,49 euros, constituído pelos seguintes resultados:

QUADRO 28 – Composição do Resultado Líquido do Exercício de 2009

	2008	2009	variação absoluta
Resultados Operacionais (1)	4.321.558 €	3.036.847 €	-1.284.711 €
Resultados Financeiros (2)	1.311.238 €	1.442.277 €	131.039 €
Resultados Correntes (3) = 1+2	5.632.796 €	4.479.124 €	-1.153.672 €
Resultados Extraordinários (4)	-4.297.139 €	-3.809.953 €	487.186 €
Resultado Líquido do Exercício (5) = 3+4	1.335.657 €	669.171 €	-666.485 €

O Resultado Líquido do Exercício no ano de 2009 resulta do desempenho dos resultados correntes e extraordinários, registando no período em referência a uma diminuição em 49,90%, em valores absolutos 666.485,00 euros sendo proveniente:

- grande diminuição ao nível dos *Resultados Operacionais*, que com um peso em 2009 na estrutura da formação dos Resultados Correntes, de 67,80%, sofreram uma diminuição muito significativa de 1.284.711 euros. Esta contribuição, foi determinante para que os resultados correntes alcançassem um decréscimo de 20,48% relativamente ao ano de 2008. Como nota à análise comparativa, e como referido anteriormente, existiu uma melhoria substancial ao nível do princípio da especialidade dos exercícios através do registo de facturação em recepção e conferência, o que resulta que no período em análise os custos operacionais tenham sido incrementados substancialmente;
- os *Resultados Extraordinários*, ainda que apresentando um valor negativo no ano de 2009 (3.809.953 euros), apresentam uma melhoria no seu desempenho face ao ano de 2008.

Resultados Operacionais

O conjunto de proveitos que integram os *Proveitos Operacionais*, que ascendem 26.486.302 euros e representam 90,24% dos Proveitos totais da Autarquia (29.351.852,98 euros), revelam relativamente ao ano anterior um crescimento de 3,64%. Conforme se pode verificar pela análise do quadro seguinte, estes proveitos têm origem nas *Vendas e Prestações de Serviços* (conseguidos, em larga escala, pela venda da água – abastecimento público, electricidade, transportes públicos, etc.), *Impostos e Taxas* (obtidos através do Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, Taxas e Impostos de Loteamentos e Obras, etc.) e nas *Transferências e Subsídios Obtidos* (Fundos

47

Municipais, Apoios Comunitários e outros apoios auferidos através da celebração de acordos de Cooperação Técnica e Financeira).

Em termos de *Custos Operacionais*, que representam a 81,75% dos Custos totais (28.682.681,49 euros) suportados pela Autarquia, da sua composição destacam-se pelo seu peso na estrutura, os *Custos com o Pessoal*, com 29,45%, os *Fornecimentos e Serviços Externos*, que representam 39,44%, e as *Amortizações do Exercício*, com um peso de 18,71%.

Em face do exposto, os Resultados Operacionais ostentam a seguinte composição e sua evolução:

QUADRO 29 – Evolução da Estrutura dos Resultados Operacionais

	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Proveitos Operacionais						
Vendas e Prestações de Serviços	4.623.556 €	18,1%	5.048.956 €	19,1%	425.400 €	9,20%
Impostos e Taxas	5.753.993 €	22,5%	5.498.736 €	20,8%	-255.256 €	-4,44%
Proveitos suplementares	45.184 €	0,2%	28.798 €	0,1%	-16.426 €	0,00%
Transferências e Subsídios Obtidos	15.132.856 €	59,2%	15.909.851 €	60,1%	776.955 €	5,13%
TOTAL (Proveitos Operacionais)	25.555.589 €	100,00%	26.486.302 €	100,00%	930.713 €	3,64%
Custos Operacionais						
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	1.374.170 €	6,47%	1.345.376 €	5,74%	-28.794 €	-2,10%
Fornecimentos e Serviços Externos	8.092.478 €	38,11%	9.249.441 €	39,44%	1.156.963 €	14,30%
Custos com o Pessoal (Remunerações + Enc. Sociais)	6.643.839 €	31,29%	6.905.370 €	29,45%	261.531 €	3,94%
Transferências/Sub. Concedidos e Prestações Sociais	1.006.676 €	4,74%	1.169.642 €	4,99%	162.966 €	16,19%
Amortizações do exercício	3.835.638 €	18,06%	4.386.808 €	18,71%	551.170 €	14,37%
Provisões do exercício	237.263 €	1,12%	368.117 €	1,57%	130.854 €	55,19%
Outros Custos Operacionais	43.967 €	0,21%	24.700 €	0,11%	-19.267 €	-43,82%
TOTAL (Custos Operacionais)	21.234.031 €	100,00%	23.449.455 €	100,00%	2.215.424 €	10,43%
RESULTADOS OPERACIONAIS	4.321.558 €		3.036.847 €		-1.284.711 €	

Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros apresentam, no ano de 2009, a importância de 1.442.277 euros, a sua composição encontra-se no ponto 8.2.31 das notas ao Balanço e à Demonstração de resultados.

Os Proveitos Financeiros integram na sua composição juros obtidos de depósitos à ordem, juros de depósitos a prazo, rendimentos de imóveis e rendimentos de participações de capital. Os valores por estes obtidos atingiram os 1.813.674,74 euros, mais do que suficiente para cobrir o montante suportado pelos Custos Financeiros no valor de 371.397,44 euros.

Resultados Extraordinários

Os Resultados Extraordinários ascendem, no ano de 2009, ao valor negativo de 3.809.953 euros, para os quais contribuíram ao nível dos Proveitos Extraordinários 1.051.876,64 euros, enquanto que os Custos Extraordinários, detêm o valor de 4.861.829,44 euros. Também a sua composição se encontra no ponto 8.2.31 das notas ao Balanço e à Demonstração de resultados.

4.1.5. RÁCIOS

Com vista a ilustrar a situação financeira da Autarquia, procedeu-se à aplicação de alguns rácios, tendo por base a informação constante do Balanço e da Demonstração de Resultados.

QUADRO 30 – Evolução e Estrutura dos Rácios

	2007	2008	2009
Liquidez Geral*	106,43%	71,82%	67,79%
Liquidez Reduzida*	99,20%	66,56%	64,10%
Liquidez Imediata*	25,25%	15,67%	16,92%
Prazo de Segurança de Liquidez	20,61%	25,74%	23,93%
Endividamento	30,55%	31,95%	34,24%
Estrutura do Endividamento*	10,28%	15,79%	14,57%
Cobertura dos Encargos Financeiros	142,53%	271,29%	121,96%
Autonomia Financeira	69,45%	68,05%	65,76%
Cobertura do Imobilizado pelos Capitais Permanentes	78,66%	76,85%	74,16%
Rendibilidade do Capital Próprio	0,32%	1,21%	0,58%

* Passivo circulante excluído da rubrica de proveitos diferidos

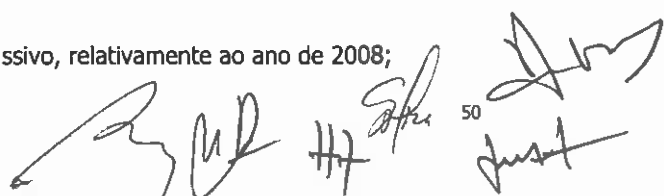
- **Rácio de Liquidez Geral** – mede o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo activo circulante. Quanto maior for este rácio, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos.
- **Rácio de Liquidez Reduzida** – tal como o rácio anterior, mede o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo activo circulante, tendo no entanto em conta que as existências não podem ser facilmente transformadas em dinheiro, ou pelo menos que essa conversão será sempre a um valor mais baixo do que o de aquisição ou de produção.
- **Rácio de Liquidez Imediata** – revela o grau de cobertura do passivo circulante por disponibilidades.
- **Prazo de Segurança de Liquidez** – indica o grau em que o activo circulante, expurgado do valor das existências, permite à autarquia local fazer face aos custos e perdas operacionais.
- **Endividamento** – permite apurar o grau em que a autarquia local utiliza o capital alheio para financiar a sua actividade.
- **Estrutura do Endividamento** – revela o peso das dívidas de curto prazo no capital (próprio e alheio) utilizado pela autarquia local.

- **Cobertura dos Encargos Financeiros** – mede o grau com que os resultados operacionais obtidos através da actividade da autarquia local cobrem as despesas decorrentes de empréstimos de curto, médio e longo prazo.
- **Autonomia Financeira** – mede a autonomia financeira da entidade face aos respectivos credores.
- **Cobertura do Imobilizado pelos Capitais Permanentes** – mede o grau de cobertura do Imobilizado pelos Capitais permanentes. Deve ser superior a 100%, ou seja, o capital permanente deve cobrir o imobilizado líquido.
- **Rendibilidade do Capital Próprio** – reflecte a rentabilidade contabilística da autarquia local num determinado exercício.

No entanto, tal como já foi referido na parte inicial deste ponto, a interpretação destes indicadores deve ter em conta as especificidades da Autarquia Local, também a interpretação da rendibilidade do capital próprio tem que ser efectuada na perspectiva de que as autarquias locais são criadas, nos termos da Constituição da República Portuguesa, para prosseguir os interesses próprios das populações respectivas. O próprio regime de finanças locais visa a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias locais e a necessária correcção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau.

Numa perspectiva evolutiva, os rácios alcançados no ano de 2009, surgem em consequência de alterações registadas nas massas patrimoniais e influenciadas por:

- Um crescimento do Passivo Circulante em 6,60% (engloba igualmente os acréscimos e diferimentos com exclusão dos proveitos diferidos) sem igual comportamento do Activo Circulante (apresenta crescimento de 0,62%) relativamente ao ano de 2008, contribuiu para a diminuição dos **rácios de liquidez geral e reduzida**, respectivamente de 67,79% e 64,10% em 2009;
- O aumento das disponibilidades em 15,07% relativamente ao ano anterior, originou um aumento do rácio de **rácio de liquidez imediata** relativamente aos anos anteriores;
- A diminuição dos resultados operacionais em 29,73% com impacto substancial na diminuição do Resultado Líquido foi o responsável pela diminuição do rácio de **Rendibilidade do Capital Próprio**;
- Um aumento das dívidas a terceiros de curto, médio e longo prazos, justificando em 2009 o aumento do rácio de **Endividamento** e a própria **Estrutura do Endividamento** que revela que no ano de 2009, 14,57% do passivo é de curto prazo;
- Um crescimento de 7,85% dos Fundos Próprios e Passivo, relativamente ao ano de 2008;



- Um acréscimo de 4,33% dos Capitais permanentes relativamente ao ano anterior;
- Uma diminuição de 49,90% dos Resultados Líquidos relativamente ao ano de 2009, justificado pelo desempenho dos resultados operacionais, cuja justificação consta nos pontos anteriores;
- Um aumento de 56,31% dos Encargos Financeiros;
- Um crescimento de 8,12% do Imobilizado Líquido relativamente ao ano de 2008.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

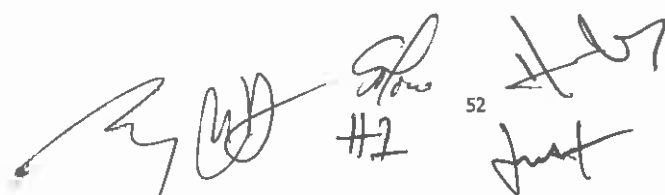
De acordo com o disposto no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo. Por outro lado, se houver saldo positivo na conta 59 "Resultados Transitados", o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço de Património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

Refere ainda o ponto 2.7.3.5 do mesmo diploma que *deve constituir-se o reforço anual da conta 571 "Reservas Legais", no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.*

Assim, e no cumprimento desta norma legal, a Câmara Municipal de Bragança propõe que o Resultado Líquido do Exercício económico de 2009, no montante de 669.171,49 euros, seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais	33.458,57 euros
Reforço do Património	635.712,92 euros
TOTAL	669.171,49 euros

 52

6. RECURSOS HUMANOS DA AUTARQUIA

O ano de 2009, ao nível da política de gestão dos recursos humanos do Município de Bragança, perante o surgimento de um novo quadro jurídico (a Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro – que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas; a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro – que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas; o Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de Julho – que extingue carreiras e categorias cujos trabalhadores transitam para as carreiras gerais e a Lei n.º 58/2008, de 09 de Setembro – que aprova o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas), caracterizou-se pela implementação de procedimentos legais e administrativos expressamente previstos nos referidos diplomas legais.

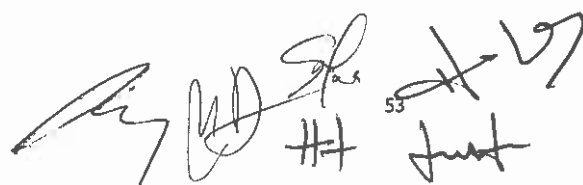
Nesta conformidade, procedeu-se à elaboração de um *Mapa de Pessoal*, documento que acompanhou a proposta de orçamento para o ano de 2009 e que acompanhará as propostas de orçamento para os anos subsequentes, documento este, que contém a indicação do número de postos de trabalho de que órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respectivas actividades de natureza permanente ou temporária.

O recrutamento de trabalhadores efectuado no ano de 2009, ficou condicionado à caracterização dos postos de trabalho constantes no *Mapa de Pessoal* aprovado, tendo-se operado com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado e por tempo determinado (termo certo) ou determinável (termo incerto).

Procedeu-se ainda à elaboração da lista nominativa das transições e manutenções, bem como a avaliação na alteração do posicionamento remuneratório e desenvolvimento de todos os procedimentos administrativos (notificação ao universo dos trabalhadores e publicitação por afixação no serviço e inserção na página electrónica), o que proporcionou o conhecimento por parte dos trabalhadores deste Município das novas carreiras gerais (Técnico Superior; Assistente Técnico e Assistente Operacional) para as quais transitaram e a manutenção de carreiras não revistas e subsistentes (carreiras de Informática; Fiscal Municipal e Fiscal de Obras), bem como a sua situação ao nível do posicionamento remuneratório.

A política da gestão dos recursos humanos do município, assenta em princípios de rigor e contenção, factores que são determinantes para que a despesa com pessoal se situe muito aquém dos limites gerais impostos às despesas com pessoal dos municípios e que se traduziu num acréscimo de apenas 2,10 % relativamente ao ano de 2008. É de salientar que o aumento registado resultou da actualização de vencimentos e outras despesas obrigatórias consagradas nesta rubrica orçamental e imposta por Lei, dos encargos decorrentes com a Segurança Social e com a Caixa Geral de Aposentações e ainda dos encargos com a assistência médica e medicamentosa dos funcionários e familiares com o pagamento obrigatório da facturação apresentada pela A.D.S.E.

Releva mencionar que traçado um objectivo partilhado para todos os trabalhadores deste município que conduzia a uma redução de despesas correntes, com comunicações (telefones); energia (edifícios municipais) e material de escritório, foi o mesmo atingido com um decréscimo de 4,72% no que se refere à média aritmética da redução das despesas correntes em relação a 2008.



O Município de Bragança integra:

QUADRO 31 – Mapa de Pessoal em exercício de funções 2008 e 2009
Resumo

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Executivo		4	4	4	4	4	4	4
Gabinete de Apoio Pessoal		3	4	3	3	3	4	4
Pessoal do Quadro	372	362	361	354	354	358	357	366
Dirigente		12	12	11	11	9	10	11
Chefia		11	14	13	13	13	12	12
Técnico Superior		14	14	14	19	21	23	24
Informática		1	3	3	3	4	4	4
Técnico		5	7	7	7	7	7	8
Técnico Profissional		21	21	21	21	26	26	27
Administrativo		47	42	41	44	44	45	44
Operário		111	109	109	106	103	101	96
Auxiliar		140	139	135	130	131	129	140
Pessoal em qualquer outra situação	25	23	23	44	48	27	16	13
Pessoal Contratado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 427/89	22	17	13	25	34	16	9	6
Pessoal Eventual	2	2	1	1	1	1	1	1
Pessoal Contrato de Provisão	0	0	3	12	9	6	1	0
Pessoal Requisitado	1	2	4	4	3	3	4	4
Prestação de Serviços (Consultadoria)		2	2	2	1	1	1	2
TOTAL	397	392	392	405	409	392	381	387

2009	
Executivo	4
Gabinete de Apoio Pessoal	3
Pessoal do Mapa	356
Dirigente	11
Técnico Superior	32
Informática	4
Assistente Técnico	78
Assistente Operacional	226
Carreiras Subsistentes	5
Pessoal em qualquer outra situação	12
Pessoal Contratado por Tempo	
Determinado/Determinável - Certo/Incerto	5
Pessoal Eventual	1
Pessoal Requisitado	3
Pessoal em Mobilidade	1
Prestação de Serviços (Consultadoria)	2
TOTAL	375

O quadro 31, representa a mudança que ocorreu do ano de 2008 para o ano de 2009, ao nível das carreiras/categorias dos trabalhadores. Com o Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de Julho, foram extintas carreiras e categorias cujos trabalhadores integrados ou delas titulares transitaram para as carreiras gerais de Técnico Superior (ex grupos profissionais Técnico Superior e Técnico); Assistente Técnico (ex grupos profissionais Técnico Profissional, Administrativo e Chefe de Secção) e Assistente Operacional (ex grupos profissionais de pessoal operário e auxiliar). Identificam ainda a manutenção de carreiras subsistentes (carreiras de Informática; Fiscal Municipal e Fiscal de Obras).

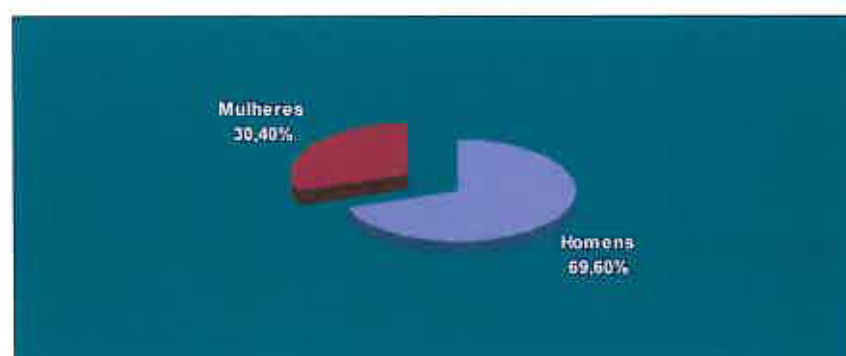
QUADRO 32 – Contagem de efectivos segundo a carreira, sexo e relação jurídica de emprego público

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2009

Relação Jurídica	Sexo	Dir. Superior	Dirigente	Técnico Superior	Informática	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outros Grupos	Total
Total de Efectivos	H	3	6	24	3	35	182	8	261
	M	1	5	13	1	44	47	3	114
	T	4	11	37	4	79	229	11	375
Comissão Serviço	H		6						6
	M		5						5
	T		11						11
Contrato por Tempo Indeterminado	H			21	3	34	179	5	242
	M			11	1	44	47	0	103
	T	0	0	32	4	78	226	5	345
Contrato por Tempo determinado (Termo Certo)	H		0	1	0	0	2	0	3
	M		0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	1	0	0	2	0	3
Contrato por Tempo determinável (Termo Incerto)	H		0	1	0	0	0	0	1
	M		0	1	0	0	0	0	1
	T	0	0	2	0	0	0	0	2
Requisição ou Destacamento	H							3	3
	M							3	3
	T		0	0	0	0	0	6	6
Outras Situações	H	3	0	1	0	1	1	0	6
	M	1	0	1	0	0	0	0	2
	T	4	0	2	0	1	1	0	8

No **Quadro 32** constata-se que o número total de efectivos em função do sexo (Homens - 261 e Mulheres - 114) embora tenha vindo a diminuir, assinala ainda um desnível significativo neste município (**vd. Gráfico infra**). Contudo, importa referir que no ano de 2002 os elementos constantes no Relatório de Gestão e Prestação de Contas registavam que, apenas 25% dos efectivos pertenciam ao sexo feminino e que no ano em análise o respectivo indicador ultrapassa já a faixa dos 30%. Outro dado relevante é que o indicador da carreira assistente técnico, expressa que os trabalhadores/mulheres (44) já ultrapassa os trabalhadores/homens (37) e que ao nível dos dirigentes existe uma aproximação entre Homens (6) e Mulheres (5), sendo uma realidade que há cada vez mais mulheres trabalhadoras a aceder ao mundo do trabalho.

GRÁFICO XXI – Efectivos segundo o sexo



55

QUADRO 33 – Mapa dos postos de trabalho ocupados por tempo determinado/determinável

Resumo por Carreiras	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Técnicos Superiores	4	5	6	0	0	1
Técnicos	1	0	0	0	0	1
Técnicos Profissionais	1	2	1	0	0	0
Administrativos	3	0	0	0	0	0
Operário	0	1	0	0	0	0
Auxiliar	4	17	23	16	9	4
Ensino	0	0	4	0	0	0
TOTAL....	13	25	34	16	9	6

Resumo por Carreiras	2009
Técnico Superior	3
Informática	0
Assistente Técnico	0
Assistente Operacional	2
Carreiras Subsistentes	0
Ensino	0
TOTAL....	5

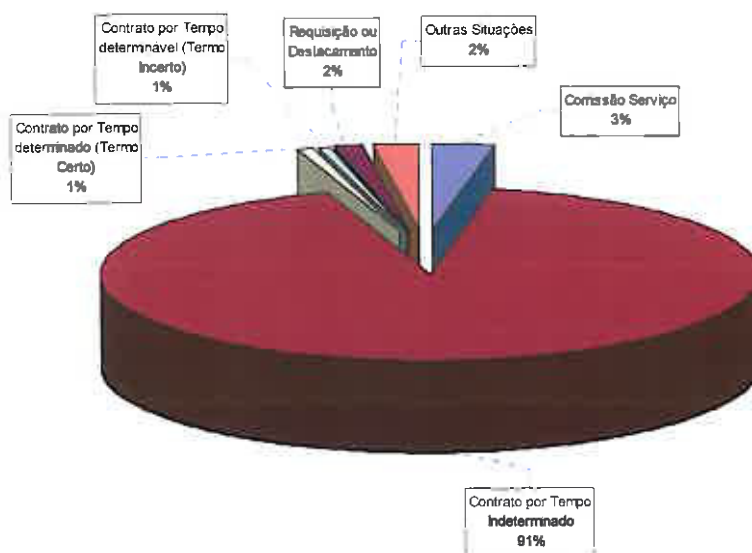
Os dados do **Quadro 33** traduzem nos anos 2005 a 2009, a manutenção do decréscimo dos postos de trabalho ocupados por relação jurídica de emprego público por tempo determinado (termo certo) ou determinável (termo incerto). A precariedade do emprego é sinónimo de fraca motivação dos trabalhadores e factor de instabilidade económica e social no mundo laboral.

QUADRO 34 – Mapa dos lugares ocupados do Pessoal Eventual

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2009

Categoria	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Pintor	1	1	1	1	1	1	1	1	1
TOTAL.....	1	1	1	1	1	1	1	1	1

GRÁFICO XXII – Effectivos segundo a relação jurídica de emprego público



56

Da análise ao **Gráfico XXII** resulta que a constituição da relação jurídica de emprego público no Município de Bragança, assinala com grande expressão a modalidade de Contrato por Tempo Indeterminado (91%), por contraposição às restantes situações aí vertidas, dado este, que nos demonstra a aposta numa política de recrutamento de novos trabalhadores que assenta na estabilidade e segurança do emprego ao nível dos efectivos deste município.

QUADRO 35 – Número de promoções e contratações no Mapa de Pessoal

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2009

Categoria	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Progressões		60	88	79	34	0	2	0	0
Promoções	2	14	32	56	13	4	11	21	42
Contratados	10	6	15	7	8	21	4	29	3
Reclassificação	46	16	0	2	1	1	0	13	0
Transferência	2	1	2	1	0	0	0	1	2
Requisição	1	2	2	0	0	3	3	1	1
TOTAL.....	61	99	139	145	56	29	20	65	48

Os dados do **Quadro 35** reflectem que no ano de 2009, foram concluídos quatro processos de promoção, para um universo de 42 trabalhadores, posicionados nas carreiras de Assistente Operacional (ex grupo profissional de pessoal operário - 7 trabalhadores); Assistente Técnico (ex grupos profissionais Técnico Profissional e Administrativo – total de 29 trabalhadores) e Técnico Superior (ex grupos profissionais Técnico Superior e Técnico - 6 trabalhadores), mecanismo de motivação para os trabalhadores.

No ano de 2009, as novas contratações no Mapa de Pessoal deste Município (3) estão associadas à implementação de novas regras ao nível dos procedimentos concursais (Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro).

QUADRO 36 – Formação de Pessoal – Acções de Formação e Cursos

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2009

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Número de Funcionários	93	178	23	40	40	27	54	92	54
Importância Despendida	5 742,66 €	5 352,00 €	2.325,00 €	7.040,00 €	19.445,00 €	9.528,00 €	11.886,00 €	18.682,00 €	16.219,74 €

QUADRO 37 – Participações em acções de formação

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2009

Tipo de Acção	Dirigentes	Técnico Superior	Informática	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outros Grupos	Total
Número total das Participações							
	24	24	0	6	0	0	54
Acções do tipo interno	20	11	0	3	0	0	34
Acções do tipo externa	4	13	0	3	0	0	20
Número total de horas							
	397	344	0	144	0	0	885
Número de horas em Acções internas	320	162	0	54	0	0	536
Número de horas em Acções externas	77	182	0	90	0	0	349

[Handwritten signatures and initials]

A formação constitui uma prioridade na política de gestão de recursos humanos do Município de Bragança, por se considerar que a melhoria dos níveis de qualificação, inovação e conhecimento dos trabalhadores é de extrema importância para um acréscimo da qualidade dos serviços prestados.

No ano de 2009, decorreram uma multiplicidade de acções de formação, num total de 885 horas de formação, envolvendo a participação de 54 trabalhadores e dos dirigentes de diferentes unidades orgânicas como seja: do Departamento Sócio-Cultural; Divisão de Saneamento Básico; Divisão de Defesa do Ambiente; Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira e Divisão de Urbanismo, formação esta que incidiu sobre as áreas da gestão pública, do desporto, do ambiente (água), do arquivo, do direito (legislação da Administração Pública), da segurança e higiene e saúde no trabalho, da cultura e do urbanismo.

O Município de Bragança, foi entidade promotora em duas acções de formação, "Os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, aprovado pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR) " e "O Novo SIADAP nas Autarquias Locais", tendo como entidades formadoras o Instituto de Gestão e Administração Pública – IGAP e o Instituto Nacional de Administração, I.P. – INA, respectivamente, que decorreram nesta cidade de Bragança.

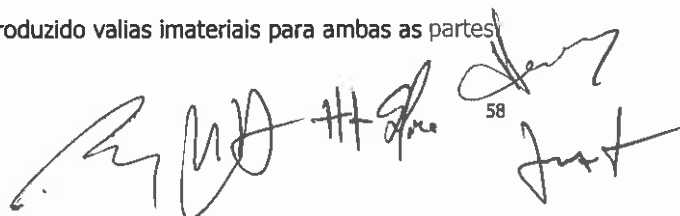
Ao nível da qualificação do pessoal dirigente, culminaram a frequência do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), quatro titulares de cargos de direcção intermédia e encetaram a frequência do curso GEPAL mais três titulares de cargos de direcção intermédia, dando assim cumprimento à exigência legal prevista para o exercício de funções dirigentes (Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com nova redacção dada pelo Decreto-lei n.º 104/2006, de 07 de Julho), aproveitando condições de frequência favoráveis decorrentes do Programa Operacional Potencial Humano (POPH).

No âmbito da formação, embora noutra vertente, é de relevar a colaboração com entidades formadoras públicas e privadas no acolhimento a estágios profissionais e curriculares, proporcionando apoio técnico e integração em contexto real de trabalho a quarenta e três recém- formados, com habilitações médias, superiores ou pós-graduados, facilitando a inserção na vida activa e contribuindo para a articulação e ajustamento da saída do sistema educativo/formativo com as possibilidades de emprego na Administração Pública.

Ao logo do ano decorreram quatro estágios do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), nas áreas de Administração Pública, Desporto, Economia e Psicologia.

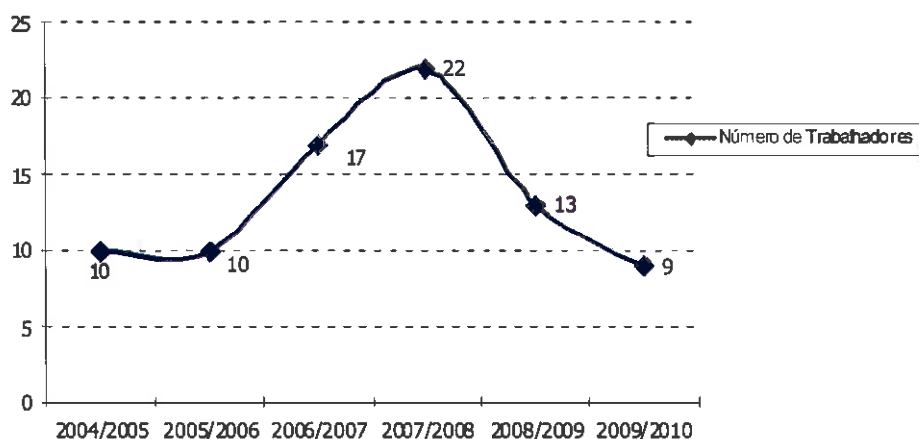
Ao nível dos Estágios Profissionais decorreram vinte, em resposta às necessidades de formação de quadros intermédios do Instituto Politécnico de Bragança; três em colaboração com a Escola Profissional de Carrazeda de Ansiães; seis com o Instituto de Emprego e Formação Profissional de Bragança; três com a Escola Secundária Miguel Torga desta Cidade; três com o Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA) e ainda quatro estágios de nível superior em colaboração com a Universidade de Trás os Montes e Alto Douro (Vila Real e Chaves), Universidade da Beira Interior e Faculdade de Letras do Porto.

A abertura desta Entidade a jovens recém formados tem produzido valias imateriais para ambas as partes



58

GRÁFICO XXIII – Número de trabalhadores com o Estatuto de Trabalhador Estudante



Da análise ao **Gráfico XXIII**, constata-se que os dados comparativos de 2007 a 2009, assinalam um decréscimo na aquisição do estatuto do trabalhador estudante, pelos trabalhadores do Município de Bragança. A tendência decrescente registada deve-se ao facto de uma grande parte dos trabalhadores estudantes deste município terem já adquirido e concluído os níveis de ensino a que se propuseram. Contudo, mantém-se o interesse por parte dos trabalhadores deste Município (9), em adquirir uma nova formação académica de qualquer nível de ensino oficial ou equivalente, utilizando as facilidades previstas no estatuto do trabalhador estudante, o que revela um crescente interesse em se valorizarem e na obtenção de novas competências, iniciativa que tem sido bem acolhida e até estimulada, por parte do executivo municipal, tendo em vista uma valorização pessoal e profissional, o que sem dúvida é um factor de desenvolvimento com reflexos muito positivos na resposta às solicitações dos cidadãos.

QUADRO 38 – Absentismo (n.º de dias)

Categoria	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Masculino	4.665	4.483	6.765	6.009	5.481	5.491	5.432	5.110
Feminino	1.767	2.311	2.714	2.981	2.265	2.310	2.664	2.846
TOTAL.....	6.432	6.794	9.479	8.990	7.746	7.801	8.096	7.956

Para cálculo do absentismo referente ao ano de 2009, o número das faltas contabilizado (7.956), comparativamente com o ano de 2008 (8.096), registou um ligeiro decréscimo, onde foram incluídas todo o tipo de faltas à excepção das férias, nomeadamente: Casamento; maternidade e paternidade; nascimento; falecimento de familiar; doença; doença prolongada; assistência a familiares; trabalhador estudante; por conta do período de férias; faltas injustificadas, e por perda de vencimento.

Revela especificar que a doença prolongada (3.678 dias) se distribui por 32 trabalhadores, e que só 13 trabalhadores têm 3.050 dias de faltas por doença prolongada, o que representa 43% do total das faltas, essencialmente em resultado da morosidade na marcação das juntas médicas (ADSE e CGA) que para verificação das mesmas, demora em média 4/5 meses. Assim sendo, podemos considerar que a grande causa do absentismo, resulta na demora deste procedimento, tendo-se mesmo agravado em 2009.

[Assinaturas manuais]

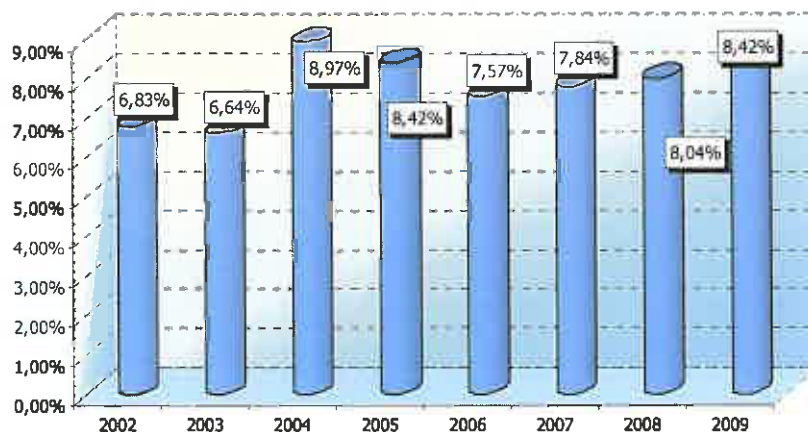
Quando um trabalhador atinge 60 dias consecutivos de faltas por doença, e não se encontra apto a regressar ao serviço, é obrigatoriamente sujeito à intervenção da Junta Médica da ADSE. Por sua vez, esta entidade pode solicitar a intervenção da Junta Médica da Caixa Geral de Aposentações para melhor avaliação. No período decorrente entre o sexagésimo primeiro dia de faltas consecutivas e a comunicação do resultado da Junta Médica da caixa Geral de Aposentações, o trabalhador fica impedido de se apresentar no local de trabalho independentemente do mesmo vir a ser considerado apto, ou não, pela Junta Médica da caixa Geral de Aposentações, para o desempenho de funções. A morosidade da marcação da Junta Médica da ADSE, a morosidade da marcação da Junta Médica da Caixa Geral de Aposentações, e a morosidade da comunicação do parecer desta última junta médica, determina que o trabalhador e a entidade permaneçam longos meses, desconhecendo o indeferimento ou não do processo, mas mantendo legalmente o trabalhador ausente do local de trabalho.

QUADRO 39 – Evolução percentual do Absentismo

2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
6,83%	6,64%	8,97%	8,42%	7,57%	7,84%	8,04%	8,42%

Este rácio indica, para o ano de 2009, a percentagem de faltas, num total de 252 dias úteis de trabalho/ano, relativamente a um total de 375 funcionários efectivos.

GRÁFICO XXIV – Evolução percentual do Absentismo



[Assinaturas manuais]